



Universidade de Brasília- UnB
Instituto de Ciências Humanas- IH
Departamento de Serviço Social- SER

**SERVIÇO SOCIAL E EXECUÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO
PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS**

LORENA NATÁLIA DOS SANTOS MOTA

Brasília-DF, Novembro de 2012



Universidade de Brasília- UnB
Instituto de Ciências Humanas- IH
Departamento de Serviço Social- SER

**SERVIÇO SOCIAL E EXECUÇÃO PENAL: ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL
DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade de
Brasília como requisito parcial para a obtenção do título
de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a
Msc. Patrícia Pinheiro

LORENA NATÁLIA DOS SANTOS MOTA

Brasília- DF, Novembro de 2012

LORENA NATÁLIA DOS SANTOS MOTA

**SERVIÇO SOCIAL E EXECUÇÃO PENAL: ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS
ASSISTENTES SOCIAIS NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a MSc. Patrícia Cristina P. de Almeida
Orientadora
(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília)

Prof.^o Dr. Cristiano Guedes
Examinador Interno
(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília)

MSc. Maria Cristina Vidal Cardoso
Examinador Externo
Assistente social da Vara de Execuções Penais- VEP/TJDFT

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus por me permitir a existência e por ter me dado forças para cumprir mais uma etapa. Agradeço também ao meu pai Luiz pelo apoio e por me mostrar a importância da generosidade e à minha mãe Leni por ser um exemplo de força e por representar um porto seguro em minha vida, através de seu apoio incondicional. À minha irmã Laís por ter se tornado a minha melhor amiga.

Agradeço ao meu esposo Ricardo, por ser a personificação da palavra companheiro e por dividir sua vida comigo de forma tão intensa e carinhosa. Agradeço aos meus filhos gêmeos Eduardo e Bernardo, por me mostrarem que sempre há muito porque sorrir. Agradeço, também, à minha sogra Regiane pelo importante apoio nos últimos anos.

Agradeço a todos os colegas de curso, em especial: Jacqueline, José Roberto, Gabriela, Viviane e Thaís. E em especial àquelas que se tornaram grandes amigas ao longo dessa caminhada, pelo apoio, carinho e sorrisos proporcionados: Ana Luiza e Haynara Jocely. Aos amigos que surgiram ao longo da vida, em especial Marcus Vinicius por me mostrar o valor de uma amizade verdadeira.

Agradeço ainda aos professores que participaram de todo o meu processo educacional, que em meio às adversidades do ensino público foram essenciais para que eu chegasse até aqui, em especial à professora Patrícia Pinheiro pelas orientações prestadas durante a realização deste estudo.

Aproveito para agradecer, também, a todos os profissionais da Vara de Execuções Penais, que contribuíram direta ou indiretamente para tornar essa pesquisa real e instigante. Especialmente às assistentes sociais Fabiana Senna, Maria Cristina Vidal e Carla Faria, por terem proporcionado reflexões interessantes acerca do Serviço Social e por serem exemplos profissionais que levarei por toda a minha trajetória como assistente social.

Enfim, agradeço a todos que me apoiaram e acreditaram em mim ao longo dos anos, pois certamente contribuíram para que eu finalizasse mais uma etapa, de outras que estão por vir. A todos, o meu “obrigada”!

*Bati minhas asas como quem tem braços
Não ouvi palmas, pois não sou pássaro...
Cantei palavras como quem tem lábios
Não falei nada, pois não sou pássaro...
Assisti almas como quem tem olhos
Não vi gente, pois não sou pássaro...
Biquei o solo como quem beija flores
Não houve cheiro, pois não sou pássaro...
Bebi chuva como quem banha em fontes
Não me molho, pois não sou pássaro...
Não sou pássaro...
Não sou homem...
Sou algo
De abstrato nome,
De abstrata fome,
De abstrato anseio,
De abstrata concretude...
Cujos braços são asas nuas,
Cuja voz é canto mudo,
Cujo olhar é restrito,
Cujo olfato não é sentido,
Cujo direito é medido,
Mas cuja coragem é rude...
E que se cuide o dono da gaiola,
Pois o que tenho de homem
É justo,
O que tenho de pássaro,
É livre,
E o que tenho de abstrato
É o poder das ideias impetuosas*
Ricardo Aguiar

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

BPC: Benefício de Prestação Continuada

CBAS: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEPEMA: Central de Penas e Medidas Alternativas

CDP: Centro de Detenção Provisória

CPP: Centro de Progressão Penitenciária

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

DEPEN: Departamento Penitenciário

FUNAP: Fundação de Amparo ao Preso

IML: Instituto de Medicina Legal

LEP: Lei de Execução Penal

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social

PNSSP: Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário

PSC: Prestação de Serviço à Comunidade

SUS: Sistema Único de Saúde

TJDFT: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

SERPP: Serviço Psicossocial Pedagógico Forense

SEVEP: Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

VEC: Vara de Execuções Criminais

VEP: Vara de Execuções Penais

VEPEMA: Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas

RESUMO

O Serviço Social é uma profissão que tem sido cada vez mais requisitada para atuar nos mais variados espaços sócio-ocupacionais. Nesse cenário, os assistentes sociais são chamados para atuar junto às expressões da questão social, inerente ao sistema capitalista. Esta profissão revela, através de seu projeto ético-político, um compromisso com valores como a igualdade, liberdade e equidade. A partir destas ideias e tendo como pano de fundo o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais da Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais- que atuam na concessão dos benefícios de trabalho externo e saídas temporárias aos presos do regime semi-aberto do Distrito Federal- este estudo se propôs a analisar a prática desses profissionais, buscando identificar as ações que são desenvolvidas para garantir e ampliar o acesso aos benefícios e serviços para os usuários, através de uma leitura crítica, fundamentada nos preceitos estabelecidos pelo projeto ético-político do Serviço Social. Esta proposta se materializa através de uma pesquisa com abordagem qualitativa, na qual os dados foram obtidos por meio de três técnicas: análise documental, análise bibliográfica e entrevistas, realizadas com cinco assistentes sociais. É perceptível que o exercício da profissão na atual conjuntura requisita profissionais competentes, criativos e qualificados teoricamente para identificar possibilidades e traduzi-las em estratégias de ação. Nesse caminho, verifica-se que os assistentes sociais da SEVEP têm buscado, apesar de algumas limitações, construir alternativas que traduzam o compromisso com a qualidade dos serviços prestados.

Palavras-chave: projeto ético-político do Serviço Social; execução penal; prática profissional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
METODOLOGIA.....	13
CAPÍTULO I	
1. O Projeto Ético-Político do Serviço Social.....	15
1.1 Situando a Ideia de Projeto: Projetos Societários e Profissionais.....	15
1.2 Construção e Consolidação do Projeto Ético- Político do Serviço Social.....	18
1.3 A Estrutura do Projeto Ético-Político do Serviço Social.....	25
1.4 Os Desafios para a Consolidação do Projeto Ético-Político na Atualidade.....	28
CAPÍTULO II	
1. A Execução Penal.....	32
1.1 Breve Histórico da Lei de Execução Penal.....	34
1.2 A Lei de Execução Penal- LEP.....	35
1.3 Os Benefícios e Assistências Previstos na LEP.....	36
1.3.1 Trabalho Interno e Externo.....	39
1.3.2 Saídas Temporárias.....	39
CAPÍTULO III	
1. O Poder Judiciário.....	41
1.1 Breve Análise Acerca do Poder Judiciário na Atualidade.....	41
1.2 O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.....	44
1.2.1 A Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais- SEVEP.....	46
2. O Serviço Social no Campo Sócio- Jurídico.....	48
CAPÍTULO IV	
1. O Serviço Social na SEVEP.....	51
1.1 Perfil Profissional.....	53

1.2 Concepção acerca do Projeto Ético-Político do Serviço Social.....	54
1.3 A prática Profissional dos Assistentes Sociais da SEVEP.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
ANEXO I.....	70
ANEXO II.....	72

INTRODUÇÃO

O projeto ético-político do Serviço Social hegemônico na atualidade é o resultado de uma construção histórica delineada pelos profissionais ao longo de um caminho marcado por diferentes concepções acerca do modo de conceber a profissão. A década de 80 simboliza o grande marco para a redefinição da postura do Serviço Social, tendo sido um momento importante para a construção do projeto profissional que conhecemos hoje e cujas diretrizes estão presentes: no Código de Ética Profissional, de 1993; na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8662/93); e nas Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, documento referendado em sua integralidade pela Assembleia Nacional da ABEPSS em 1996.

Os principais valores e ideias defendidos por este projeto relacionam-se à defesa da liberdade como um valor ético central, o que se expressa na reafirmação da autonomia e emancipação dos indivíduos. Além disso, esse projeto preza radicalmente pela defesa dos direitos humanos e pela recusa do arbítrio e do autoritarismo. Nele manifesta-se o posicionamento em favor da equidade e da justiça social e, conseqüentemente, da busca pela efetivação de um novo projeto societário, que rompa com as desigualdades oriundas das classes sociais, bem como com as dominações de gênero e etnia, como pode ser verificado no Código de Ética Profissional do Serviço Social, de 1993.

Diante de tais ideias, uma das questões centrais que se colocam para o assistente social na atualidade é a de como imprimir as ideias defendidas pelo projeto ético-político do Serviço Social nas ações desenvolvidas no cotidiano profissional em um cenário tão adverso para os direitos sociais.

Este é um desafio para a profissão, que tem se inserido cada vez mais no mercado de trabalho, conquistando diferentes espaços sócio-ocupacionais. Um destes espaços é o sistema judiciário, que demanda assistentes sociais para atuarem junto aos mais variados contextos. Dentre eles, situa-se um dos componentes da presente análise: a execução penal.

Antes de tecer comentários acerca desse espaço de atuação do Serviço Social é importante ressaltar que a crise vivenciada pelo sistema capitalista e a estratégia neoliberal adotada para a sua superação a partir da década de 70 provocaram fortes rebatimentos, principalmente em países marcados por uma intensa desigualdade social, como é o caso do

Brasil. Esse contexto deu início ao processo de reestruturação produtiva que prioriza os interesses do capital, em detrimento de políticas que busquem assegurar condições dignas de vida para toda a população. Além disso, o uso crescente de novas tecnologias na indústria tem provocado o aumento considerável do desemprego estrutural e de inserções precárias no mundo do trabalho ANTUNES (1999). Nesse cenário, verifica-se uma ausência cada vez maior do Estado para garantir os direitos sociais e a emergência do Estado Penal, que intensificou a criminalização da pobreza, culpando os pobres pelas condições precárias de vida a que são submetidos BRISOLA (2012).

Isso tem gerado um crescimento exponencial no número de presos no Brasil e, que também pode ser verificado no Distrito Federal, como pode ser verificado em levantamentos feitos pelo Departamento Penitenciário Nacional- DEPEN. Essa parcela da população tem sofrido com o descaso em relação aos seus direitos, preconizados, em sua maioria, na Lei de Execuções Penais- LEP, que tem sido, frequentemente, negligenciada pelas autoridades.

É nesse horizonte que se desenvolve o presente estudo que busca identificar quais as ações que são desenvolvidas pelos assistentes sociais da Vara de Execuções Penais, para garantir e ampliar o acesso aos benefícios e serviços por parte dos usuários. Nesse contexto, busca-se fazer uma análise acerca da atuação desses profissionais que em seu cotidiano de trabalho, auxiliam na concessão dos benefícios de saídas temporárias e trabalho externo aos presos do regime semi-aberto do Distrito Federal, através de uma leitura crítica, fundamentada nos preceitos estabelecidos pelo projeto ético-político do Serviço Social.

Para alcançar esta proposta, o presente estudo se divide em quatro partes.

O primeiro capítulo traz uma análise contextualizada acerca do projeto ético-político do Serviço Social, contemplando uma breve explanação acerca dos conceitos de projetos societários e projetos profissionais; uma análise histórica acerca da construção e consolidação do projeto profissional do Serviço Social; a estrutura desse projeto e os desafios para concretizá-los no cenário atual.

O segundo capítulo traz um panorama sobre a Execução Penal, com ênfase na Lei de Execução Penal, abordando desde o seu surgimento até os benefícios que prevê.

O terceiro capítulo aborda o Poder Judiciário frente aos rebatimentos do cenário atual, mencionado anteriormente. Além disso, oferece informações acerca do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios- TJDF e da Vara de Execuções Penais, espaço de

atuação dos assistentes sociais entrevistados. Por fim, traz breves considerações acerca da atuação do assistente social no campo sócio-jurídico.

O quarto capítulo refere-se à análise dos dados obtidos em campo por meio das entrevistas e está estruturado em três eixos: perfil profissional; a concepção acerca do projeto ético-político do Serviço Social; e a prática profissional em si.

Esse estudo nos permitiu uma análise crítica acerca da prática profissional dos assistentes sociais, considerando os diversos fatores que incidem sobre ela, é de fundamental importância para que sejam visualizadas novas possibilidades de trabalho que sejam capazes de fomentar práticas renovadas, balizadas pelos preceitos defendidos pelo projeto ético-político da profissão. Apesar do cenário adverso - montado principalmente pelo neoliberalismo - que se coloca como um desafio para muitos assistentes sociais nos seus respectivos espaços sócio-ocupacionais é possível, através de estratégias criativas e inovadoras, alcançar novas possibilidades de atender aos interesses dos usuários e de provocar transformações na realidade de muitos indivíduos, que juntos poderão construir uma nova sociedade.

METODOLOGIA

Inicialmente, estabeleceu-se como objetivo principal: identificar as ações que os assistentes sociais da Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais- SEVEP tem desenvolvido para a garantia e ampliação do acesso aos benefícios e serviços por parte dos usuários. Foi realizado um estudo qualitativo, uma vez que o objeto do estudo é um fenômeno social e foram buscados os significados atribuídos pelas pessoas, neste caso os assistentes sociais, a um determinado objeto, a atuação profissional destes (Ludwig, 2009). Nesse cenário, abordagem qualitativa se mostrou mais adequada, uma vez que “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2010, p. 21). Já a estratégia de estudo adotada foi o estudo de caso por auxiliar na compreensão de fenômenos sociais complexos, (Yin, 2008).

Tendo em vista o fato de que a presente pesquisa visa analisar a prática profissional dos assistentes sociais à luz do projeto ético-político do Serviço Social, os dados que a subsidiaram foram levantados por meio de três técnicas de pesquisa: análise documental, análise bibliográfica e entrevistas.

A técnica de pesquisa inicial foi a análise documental acerca do tripé que compõe o respectivo projeto: Lei de Regulamentação da Profissão de 1993; Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS, em 1996 e; no Código de Ética Profissional de 1993. Além disso, foi analisada a Lei 7.210, de 1984 e o Relatório de Atividades da SEVEP, de 2005.

A análise bibliográfica contemplou textos, livros, teses, artigos relacionados às temáticas abordadas neste estudo: projeto ético-político do Serviço Social e a Lei de Execuções Penais. É importante destacar a escassez de produções que apresentem uma análise crítica acerca da LEP, tendo sido utilizada como principal referência a dissertação de mestrado da assistente social Maria Cristina Vidal Cardoso, pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social, da UnB: *“A cidadania no contexto da Lei de Execução Penal: O (des) caminho da inclusão social do apenado no Sistema Penitenciário do Distrito Federal”*.

As técnicas de levantamento de dados citadas anteriormente além de terem sido essenciais para uma maior compreensão em relação ao projeto ético-político do Serviço Social e acerca dos direitos dos sentenciados assegurados pela LEP, ofereceram subsídios para a condução de outra técnica de pesquisa utilizada no estudo proposto: a entrevista. Esta técnica foi escolhida por possibilitar um aprofundamento acerca da forma como cada assistente social apreende a profissão, bem como sobre os rebatimentos desta concepção no seu exercício profissional, de modo a identificar o projeto ético-político do Serviço Social

nas ações desenvolvidas por estes profissionais para garantir e ampliar o acesso aos direitos para os usuários.

A pesquisadora optou por não encaminhar a pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa- CEP, pois o tempo que tem sido demandado para a análise era incompatível com os prazos estabelecidos para a conclusão desse estudo, ainda sim, houve a preocupação de seguir critérios éticos na condução dessa pesquisa.

O tipo de entrevista utilizada foi a semi-estruturada, que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada.” (MINAYO, 2010, p.64). Foram entrevistados cinco assistentes sociais que atuam na concessão dos benefícios de trabalho externo e saídas temporárias para os sentenciados do Distrito Federal, identificados neste estudo pelas letras A, B, C, D e E, para que seja resguardado o anonimato. Na SEVEP há profissionais que atuam no acompanhamento das medidas de segurança, que se destinam àqueles que cometem crime, mas possuem doença mental e não podem responder pelos seus atos. Tendo em vista que as medidas de segurança não são aplicadas ao réu comum, optou-se por não entrevistar os assistentes sociais que atuam nesta frente de trabalho.

O roteiro da entrevista (ver anexo 1) se subdividiu em eixos, quais sejam: perfil profissional; conhecimento e concepção acerca do projeto ético-político do Serviço Social; e a prática profissional.

Antes da realização das entrevistas, foi solicitada a autorização para a realização da pesquisa junto à supervisora da Seção Psicossocial da VEP.

Os entrevistados receberam os devidos esclarecimentos acerca do tema e dos objetivos da presente pesquisa. O roteiro de entrevista foi apresentado previamente para que os entrevistados se sentissem livres para continuar a entrevista. Após o consentimento, foi aplicado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE (ver anexo 3), que continha explicações claras acerca das condições de participação do entrevistado, no qual garantiu-se o anonimato, bem como a possibilidade de desistência durante qualquer fase da pesquisa. Antes do início de cada entrevista, foi solicitada autorização oral para que as falas fossem gravadas, para fins de análise dos dados obtidos.

A pesquisadora se colocou a disposição para eventuais esclarecimentos posteriores e se comprometeu a disponibilizar os resultados da pesquisa aos participantes, por meio de correio eletrônico.

CAPÍTULO I

1. O Projeto Ético-Político do Serviço Social

O debate acerca do projeto ético-político do Serviço Social ganhou força a partir dos anos 90, mas sua construção teve início alguns anos antes. Para entrarmos nos detalhes e liames da construção e consolidação deste que se configura um marco referencial para a atuação dos assistentes sociais dentro dos moldes de uma profissão que preza pela defesa dos direitos humanos, é necessário situar e clarificar os projetos que emergem da teleologia humana.

1.1 Situando a Ideia de Projeto: Projetos Societários e Profissionais

Inicialmente, é importante destacar que toda ação humana se orienta para uma finalidade, pois o homem é um ser que age teleologicamente, ou seja, suas ações são orientadas para metas, objetivos e fins. De acordo com Braz e Teixeira: “Todas as formas de prática envolvem interesses sociais os mais diversos que se originam, através de múltiplas mediações, das contradições das classes sociais em conflito na sociedade.” (2009, p. 186). Desta forma, a ação humana, tanto individual quanto coletiva, inspira sempre um projeto, que, de acordo com Netto “é, em poucas palavras, uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar, com a invocação de valores que a legitimam e a escolha dos meios para atingi-la” (1999, p. 93). É importante destacar, conforme explicitado por Braz e Teixeira (2009), que todos os projetos, sejam eles individuais ou coletivos, possuem um caráter político, uma vez que todas as formas de prática são permeadas por diversificados interesses sociais, originários das contradições e das classes sociais em antagonismo presentes na sociedade.

Compreender o significado de um projeto é essencial para analisarmos um tipo específico de projeto coletivo, que recai sobre os projetos profissionais, contribuindo para a sua transformação, sendo estes os projetos societários. Como afirma Netto (1999), estes projetos se configuram como uma imagem ideal da sociedade, intimando valores específicos para justificá-la e priorizando determinados meios para alcançá-la no plano da realidade. São projetos coletivos, com um traço mais abrangente que os demais, uma vez que suas

propostas são voltadas para toda a sociedade. Netto (1999) nos traz, também, a ideia de que “em uma sociedade como a nossa, os projetos societários são, simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratando mais fortemente determinações de outra natureza (de gênero, culturais, étnicas, etárias, etc.).” (NETTO, 1999, p. 94). Tendo essa ideia como pressuposto, e verificando o percurso da história, podemos constatar que os projetos societários são flexíveis e mutáveis, pois estão em constante transformação, incorporando novas aspirações e demandas, de acordo com o contexto histórico e político vigente.

A história tem nos mostrado que os projetos societários que melhor traduzem os interesses das classes subalternas, ainda que inseridos em um contexto democrático, não conseguem enfrentar os projetos das classes dominantes, pois sempre possuem condições menos favoráveis, em decorrência de fatores de natureza econômico-social e cultural, que contribuem para a reprodução e manutenção dos interesses das classes detentoras de poder.

Ainda em relação aos projetos societários, Braz e Teixeira (2009), destacam que estes podem ser, de um modo geral, transformadores ou conservadores. Dentre os transformadores, existem posições diversas que estão relacionadas às estratégias de transformação social.

Dentre os projetos coletivos também se encontram aqueles que estão relacionados às profissões reguladas juridicamente e, geralmente, de nível acadêmico superior, Netto (1999). Ainda segundo o mesmo autor, os projetos profissionais:

“apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas [...]” (NETTO, 1999, p. 95)

Os projetos profissionais são construídos pelas suas respectivas categorias profissionais e são formulados através da organização destas categorias que quando possuem uma base fortemente organizada, apresentam maiores possibilidades de que o seu projeto profissional se afirme e ganhe credibilidade na sociedade, conforme aponta Netto (1999). Destaca-se, também, que os projetos profissionais são estruturas dinâmicas,

que respondem as transformações em curso na sociedade, traduzindo-as em modo de intervenção nas demandas que lhes são atribuídas. Como destacado anteriormente em relação aos projetos coletivos, os projetos profissionais, também, possuem uma dimensão política, que nem sempre são explicitadas, especialmente quando estão voltados para direções conservadoras¹, como outrora foi o Serviço Social, por exemplo.

É relevante destacar, que considerando que os sujeitos que pertencem a uma determinada profissão, compõe um universo heterogêneo, uma vez que se constituem como indivíduos diferentes. Portanto, quando falamos em um projeto profissional, não devemos desconsiderar a existência de projetos alternativos no interior de uma mesma profissão. Como afirma Netto (1999):

“a elaboração e a afirmação (ou, se se quer, a construção) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da profissão mesma, cabendo o máximo de respeito a ele” (NETTO, 1999, p.96)

Ainda resgatando as ideias do autor, para que haja a hegemonia de um projeto profissional, é necessário que haja a articulação entre os elementos constitutivos de um projeto profissional, quais sejam, conforme depreende-se do conceito de projeto profissional apresentado anteriormente: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e objetivos, conhecimentos teóricos, etc. E esta articulação é complexa e não se dá no imediato. Exige, conforme aponta Netto (1999), recursos políticos-organizativos, processos de debate e elaboração, investigações teórico-práticas, entre outras formas de buscar enquadrar a profissão nas perspectivas de seu projeto, de forma que fique clara a sua direção política.

Netto (1999) explicita o fato de que o projeto hegemônico de uma determinada categoria envolve um pacto entre seus membros, no qual são estabelecidos acordos sobre os componentes que são imperativos- ou seja, obrigatórios para todos aqueles que exercem a profissão, geralmente, são objetos de regulamentação- e os indicativos, os quais não há consenso, que garanta o seu cumprimento rigoroso. O mesmo autor aponta, ainda, que os projetos profissionais presentes na atualidade são designados como projetos ético-políticos, pois: “uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político profissional” (NETO, 1999, p. 99).

¹ As características desse direcionamento conservador serão apresentadas no decorrer do capítulo.

Diante do que foi exposto, tendo como foco principal imprimir um caminho para uma análise aprofundada acerca do projeto ético-político do Serviço Social, torna-se essencial destacar a relação que se estabelece entre os projetos societários e os projetos profissionais, uma vez que este segundo é permeado pela amplitude do primeiro. Sobre isso, é importante destacar que:

Ainda que a prática profissional do (a) assistente social não se constitua como práxis produtiva, efetivando-se no conjunto das relações sociais, nela se imprime uma determinada direção social por meio das diversas ações profissionais- através das quais, como foi dito, incide-se sobre o comportamento e a ação dos homens-, balizadas pelo projeto profissional que a norteia. Esse projeto profissional por sua vez conecta-se a um determinado projeto societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo- é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social. (BRAZ e TEIXEIRA, 2009, p.188-189)

Desta forma, considerando a importância de uma noção acerca dos projetos presentes na sociedade traçamos um caminho rumo à análise do caminho de construção e dos pressupostos do projeto ético-político do Serviço Social e a relação com um projeto societário presente em sua dinâmica, que visa de modo geral, a transformação da realidade vigente.

1.2 A Construção e Consolidação do Projeto Ético- Político do Serviço Social

O Serviço Social pode ser entendido, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2001), como uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho tendo como base de fundação a questão social, relação existente entre a acumulação capitalista e a pauperização dos trabalhadores, cujas expressões são apreendidas como um conjunto das desigualdades da sociedade do capital, expressas por determinações econômicas, políticas e culturais que acabam por impactar diretamente as classes sociais.

Diante disso, é imprescindível a análise da profissão como parte das transformações históricas que tem ocorrido na sociedade. Iamamoto (2004) destaca a importância de se buscar entender a influência destas transformações no exercício e direcionamento da atividade profissional; nas condições e relações de trabalho e; nas atribuições e competências do assistente social.

Diante da proposta aqui salientada de tentar situar o processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social, torna-se importante destacar que este simbolizou um novo olhar sobre a prática profissional do assistente social, com transformações no modo de apreender todos os elementos que perpassam a profissão. Tudo isso pressupõe um passado marcado por um conservadorismo, cujo projeto visa desconstruir IAMAMOTO (2007).

Portanto, é importante compreender, ainda que sinteticamente, pois não é este o foco da presente análise, os pilares que sustentavam a prática conservadora do assistente social. De maneira genérica, apenas para que seja estabelecida uma análise didática e sequencial acerca do tema proposto, destaca-se que o reformismo conservador se fez presente como pano de fundo para a prática profissional durante muitos anos, ainda que a prática e a justificação teórico- ideológica tenham mudado de forma, o conservadorismo se mantinha no decorrer da evolução da profissão. Começando pelo seu surgimento, nos anos 30, gerada no seio do Movimento Católico, através da iniciativa de frações das classes dominantes. Em relação a isto, Iamamoto destaca, que: “o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento reformista conservador.” (2007, p.21).

A profissão passou, também, por um processo de secularização e ampliação de seu suporte técnico científico, nos anos 40, com o surgimento das escolas (posteriormente, faculdades) de Serviço Social, marcado pela influência dos progressos das Ciências Sociais influenciados pelo pensamento conservador, com destaque para a vertente empiricista norte-americana (IAMAMOTO, 2007). E tudo isso, conforme explicitado anteriormente, apenas reforçou a atualizou os valores já presentes na profissão.

O pensamento conservador se configura como a antítese das proposições do projeto ético-político do Serviço Social. Portanto, analisar seus pilares permite a descoberta daquilo que foi negado pelos profissionais, quando optaram por uma nova forma de intervenção na realidade social, balizada por um novo projeto societário. Diante disso, tendo como base as ideias apresentadas por Iamamoto, em seu livro “Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos”, as principais características do pensamento conservador são: a sua orientação para o passado, que se coloca como inspiração para a análise do presente. Uma visão funcional da sociedade, como se esta fosse constituída de entidades orgânicas. Maior valorização dos elementos sagrados e irracionais em detrimento da razão. Supervalorização da individualidade, considerando os homens como seres essencialmente desiguais. Enfim,

depreende-se deste “perfil” que o conservadorismo se coloca como uma estratégia de grande serventia frente às ameaças à ordem vigente IAMAMOTO (2007).

O conservadorismo continuou se fazendo presente na trajetória da profissão por muitos anos. Como pode ser visto no “pós-64”, quando teve destaque um período marcado pela atualização da herança conservadora, houve “mudanças nos discursos nos métodos de ação e no projeto de prática profissional” (IAMAMOTO, 2007, p. 32). Mas neste período, as mudanças ainda eram orientadas, em sua essência, para os interesses das classes dominantes, ainda que houvesse uma utopia de uma sociedade mais harmônica, baseada em preceitos cristãos. Não havia um questionamento acerca de realidade vigente e nem mesmo uma análise aprofundada acerca das implicações da prática profissional do assistente social.

Como pode ser verificado, por muito tempo, o Serviço Social se caracterizou como uma profissão que tinha pretensões teóricas distantes dos efeitos de sua intervenção profissional. Isso significa que embora os profissionais voltados para uma visão baseada no humanismo cristão, tivessem a intenção de tornar a sociedade mais “harmônica” e de diminuir o sofrimento dos pobres, aproximando as pessoas, o seu trabalho contribuía para reforçar e recriar novas formas de manter a distância entre ricos e pobres IAMAMOTO (2007).

Iamamoto (2007) apresenta uma importante informação sobre a gênese do projeto ético-político profissional do Serviço Social:

“Nota-se, a partir dos registros disponíveis, que é apenas no final dos anos 50 e início da década seguinte que se fazem ouvir as primeiras manifestações, no meio profissional, de posições que questionam o *status quo* e contestam a prática profissional vigente. Esses questionamentos emergem numa conjuntura marcada por uma situação de crise e de intensa efervescência política no Continente, no quadro do colapso dos populismos e de uma reorientação tática do imperialismo em relação às sociedades dependentes.” (IAMAMOTO, 2007, p.35)

Depreende-se que já no final dos anos 50, os profissionais começaram a perceber as reais implicações de seu trabalho como um instrumento de manutenção e reprodução da ordem vigente. Isso já pode ser visto como o primeiro passo rumo à construção do projeto profissional hegemônico na profissão, atualmente. Porém, situando essa nova perspectiva que começa a florescer no interior da profissão em um contexto histórico mais amplo, é

possível constatar que neste mesmo período, o Brasil sofria transformações importantes no cenário político, expressas pelo fim do pacto populista e a instauração do Regime Ditatorial Militar, com o golpe de 1964. Estas transformações implicaram numa retração desse novo pensamento que surgia no interior da profissão.

A ditadura militar, com suas imposições e censuras, encontrou grandes barreiras na passagem dos anos 70 para 80, devido a mobilização da classe operária, que se reinseriu na cena política. Foi na primeira metade dos anos 80 que esta mobilização ganhou ainda mais força, pois começaram a desabrochar na sociedade, grandes movimentos voltados para demandas democráticas e populares, até então reprimidas pelo totalitarismo instaurado pelo Golpe de 1964. Como relata Netto (1999):

“A mobilização dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo do seu movimento sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a vitalização da sua organização; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular (entre os quais o associacionismo de moradores) e democrático (os estudantes, as mulheres, as *minorias* etc); a dinamização da vida cultural, com a ativação do protagonismo de setores intelectuais; a afirmação da opção democrática por segmentos da Igreja católica e a consolidação do papel progressista desempenhado por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI)- tudo isto pôs na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e sociais.” (NETTO, 1999, p.100)

O posicionamento crítico que passou a ser assumido por uma parcela dos assistentes sociais surgiu, então, como uma resposta às exigências e questionamentos apresentados pelo contexto histórico da crise da ditadura militar no Brasil. Não era mais possível ignorar a ausência de uma política econômica que levasse em consideração os interesses das classes subalternas. Bem como, a efervescência dos movimentos sociais que clamavam por uma sociedade democrática e se mobilizavam em torno da elaboração e aprovação da Constituição Federal de 1988. Tudo isso fez com que a categoria profissional fosse questionada, por diferentes segmentos da sociedade civil. Segundo Iamamoto (2012), os assistentes sociais não ficaram à margem desses acontecimentos, pois tornaram-se co-participantes desse processo de lutas democráticas que marcava a sociedade brasileira naquele período. A autora define este momento como a base social para a reorientação do Serviço Social, nos anos 80.

Neste contexto, o histórico conservadorismo que marcou e orientou o Serviço Social desde o seu surgimento, se viu ameaçado, pois se estabeleceu no interior da profissão, um movimento de recusa e crítica a herança conservadora. Tendo sido esta, a primeira condição (uma condição política) para a constituição de um novo projeto profissional, (NETTO, 1999). O autor destaca que a categoria profissional não se comportou de modo idêntico, pois se caracteriza como um universo heterogêneo. Porém, as vanguardas conquistaram um papel de protagonismo no interior da profissão e, orientados por ideais democráticos, se mobilizaram ativamente para contestar a ordem política vigente (com destaque para III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, conhecido como o *Congresso da Virada*). Esta parcela de assistentes sociais se vinculou ao movimento social dos trabalhadores e conseguiu instaurar o pluralismo político na profissão, rompendo com a dominância do conservadorismo, o que trouxe grandes transformações para o Serviço Social no Brasil, que contribuíram para a construção do projeto ético-político, atualmente hegemônico na profissão, (NETTO, 1999). Em relação a esta ruptura com a dominância do conservadorismo, Iamamoto (2007), afirma:

“A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las.” (IAMAMOTO, 2007, p.37)

Como abordado anteriormente, os projetos profissionais são fortemente influenciados pelos projetos societários. Diante disso, a luta pela democracia e sua posterior conquista, provocou rebatimentos na categoria profissional, no que tange o estabelecimento de um confronto entre projetos societários distintos daqueles que por muito tempo vigoraram no interior da profissão e que conservadores, orientavam-se para os interesses das classes dominantes.

Além da condição política, explicitada pelo confronto entre os projetos societários, eram necessários outros componentes, para que o novo projeto profissional tomasse forma. Um deles foi o resultado da Reforma Universitária, nos anos 70, que fez com que Serviço

Social adquirisse legitimidade na academia, com o surgimento dos cursos de pós-graduação profissionais. Isso resultou na consolidação da produção de conhecimento no interior do Serviço Social. Ao relacionar esse contexto com a construção do novo projeto profissional, Netto (1999), destaca que o mais importante desta acumulação teórica foi o fato de que “ela assiná-la a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura do conservadorismo político: data de então, a aberta utilização de vertentes críticas” (NETTO, 1999, p.102). Esse acúmulo teórico possibilitou a internalização de um pluralismo de concepções teóricas e metodológicas no interior da profissão, com destaque para aquelas voltadas para os projetos societários das classes subalternas.

Acompanhando este mesmo processo, neste período, ganhou força o debate acerca da formação profissional. A reforma curricular, de 1982, por exemplo, foi precedida e acompanhada por amplas discussões, cujo objetivo principal era adequar a formação profissional, às formas democráticas de enfrentamento da questão social, (NETTO, 1999). Iamamoto (2012) traz a elucidação dos pressupostos que orientaram essa busca pela construção de um novo perfil profissional para o assistente social e que culminaram no currículo de 1982. O primeiro estava voltado para uma busca mais aprofundada acerca da base teórico-metodológica. O segundo estava relacionado ao reconhecimento da dimensão política da profissão, pensada em uma perspectiva além do campo estrito da profissão. O terceiro pressuposto estava ligado a uma busca por uma inserção qualificada do assistente social no mercado de trabalho, ou seja, o aperfeiçoamento técnico-operativo. Segundo a autora, esses elementos são fundamentais e complementares entre si, porém isolados, transformam-se em limites para a atuação profissional. O Currículo de 1982, também estava fundamentado na teoria social de Marx (apesar das apreensões equivocadas de seus conceitos), com isso foram extintas as disciplinas do Serviço Social de caso, grupo e comunidade, que, na forma como eram concebidas acabavam por reproduzir uma visão fragmentada da realidade social em que os indivíduos estavam inseridos, por, muitas vezes, não considerá-lo em uma perspectiva de totalidade. De acordo com Konno (2005), o que pode ser verificado no currículo de 1982 é a ausência de uma lógica histórica no processo de formação profissional, isso pode ser verificado tanto na pouca relação entre os pressupostos citados anteriormente, como na disposição particularizada das disciplinas: Teoria, Metodologia e História do Serviço Social. Além disso, a autora destaca a dicotomia entre a teoria e prática que poderia ser verificada nas ementas das disciplinas.

Ainda neste contexto de transformações nas formas de se apreender o Serviço Social no Brasil, Netto (1999) ressalta que no interior da categoria profissional houve um

alargamento da prática profissional, no qual as modalidades pratico-interventivas receberam novos significados. Além disso, foram surgindo novas áreas e campos de intervenção, que foram legitimados tanto pela produção teórica que acompanhou este movimento, quanto pelo reconhecimento da profissão por parte dos usuários. Em relação a estas modificações que provocaram uma ampliação nas áreas e formas de atuação dos assistentes sociais, a partir dos anos 80, Iamamoto (2012), destaca que “...ao longo deste período, o Serviço Social deu um salto de qualidade em sua autoqualificação na sociedade.” (IAMAMOTO, 2012, p.51). É importante destacar, também, que um dos principais fatores que provocou este movimento no Serviço Social no Brasil foi a restauração democrática no Brasil, que através dos direitos cívicos e sociais conquistados ofereceu maior aporte e respaldo político-legal para as práticas interventivas, (NETTO, 1999).

Um último elemento a ser destacado e de fundamental importância para a compreensão do atual projeto ético-político hegemônico no Serviço Social é a dimensão Ética, que por muito tempo não foi um tema de grande relevância nas discussões profissionais. Antes de adentrar em questões específicas do Serviço Social é importante compreender o significado de um Código de Ética para uma profissão, o que pode ser explicitado na seguinte ideia de Barroco (2009):

“Código de Ética: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional.” (BARROCO, 2009, p. 176)

O primeiro Código de Ética do Serviço Social data de 1947 e somente o Código de Ética de 1986, rompe com a concepção tradicional conservadora. Mas, como traz Netto (1999), este ficou comprometido pela pouca acumulação de reflexões nesse âmbito, o que fez surgir a necessidade de sua revisão, pouco tempo depois. Este Código, de acordo com Barroco (2009), “não foi suficientemente desenvolvido em sua parte operacional e em seus pressupostos teóricos orientados pelo marxismo.” (BARROCO, 2006, p.179). O Código de 1993 foi a alternativa encontrada para ampliá-lo.

Como ressalta Barroco (2009), o Código de 1993:

“Afirma a centralidade do trabalho na constituição do homem: sujeito das ações éticas e da criação de valores. Revelada em sua densidade histórica, a sua concepção ética está articulada a valores ético-políticos, como a liberdade, a justiça social e a democracia, e o conjunto de direitos humanos (civis, políticos, sociais, culturais e econômicos) defendidos pelas classes trabalhadoras, pelos segmentos sociais excluídos e pelos movimentos emancipatórios ao longo da história.” (BARROCO, 2006, p.179)

1.3 A Estrutura do Projeto Ético-Político do Serviço Social

Podemos destacar que a década de 1980, foi essencial para a redefinição da postura do Serviço Social, no enfrentamento da questão social, uma vez que a profissão esteve envolvida no processo de lutas democráticas na sociedade brasileira, (IMAMOTO, 2012). O projeto profissional começou a ser construído neste processo de redefinição e suas diretrizes estão presentes: no Código de Ética Profissional, de 1993; na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8662/93); e nas Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, documento referendado em sua integralidade pela Assembleia Nacional da ABEPSS em 1996.

Desta forma, o projeto ético-político do Serviço Social possui alguns referenciais que, como afirma Netto (1999), determinam a prática profissional e que mostram a ruptura com o pensamento conservador que esteve presente durante parte da história da profissão. Este projeto:

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central- a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p.95)

Diante disso, o projeto ético-político do Serviço Social encontra-se intimamente vinculado a defesa dos direitos humanos, a recusa do arbítrio e do autoritarismo. Além disso, contempla o pluralismo de ideias tanto no interior da profissão quanto em toda a sociedade, uma vez que envolve, também, a recusa do preconceito.

Segundo Netto (1999), a dimensão política da profissão pode ser verificada em seu posicionamento em favor da equidade e da justiça social, com vistas à universalização do

acesso aos bens e serviços assegurados pelos direitos sociais, tendo como pano de fundo a busca pela ampliação e consolidação da cidadania. Esta dimensão se faz muito clara no Código de Ética Profissional de 1993, como pode ser visto em seus princípios fundamentais, em especial, o número IV que traz a “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;”.

O projeto também possui determinações do ponto de vista profissional em consonância com seu compromisso com uma nova ordem social, na medida em que afirma o compromisso com a competência. O que envolve a qualidade dos serviços prestados à população balizada pelo aprimoramento intelectual. Daí decorre a ênfase numa formação acadêmica qualificada, como pode ser visto no perfil profissional dos bacharéis em Serviço Social, presente nas diretrizes curriculares de 1996, e destaca:

“...que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.” (ABEPSS, DIRETRIZES CURRICULARES, 1999)

Para uma melhor compreensão acerca da formação profissional é importante compreender que as atuais diretrizes curriculares, conforme explica Iamamoto (2012), estão estruturadas em eixos temáticos quais sejam: o núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica brasileira (visa à compreensão desta sociedade) e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional (envolve os elementos constitutivos do Serviço Social enquanto especialização do trabalho). Esta perspectiva supera as fragmentações até então presentes nas concepções anteriores e como traz o texto referente às diretrizes curriculares: “Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional.”. De maneira geral, o que se busca com essa nova forma de pensar a formação profissional do assistente social é o desenvolvimento de profissionais capazes de fazer uma análise concreta da realidade social, na perspectiva da totalidade.

Braz e Teixeira (2009) apontam os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social que são de forma genérica: a explicitação de princípios e valores ético-

políticos, a matriz teórico-metodológica em que se apoia a crítica à ordem social vigente e as lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria. Tais elementos necessitam de outros componentes construídos pelos assistentes sociais, para adquirir materialidade.

O primeiro, de acordo com as autoras é a produção de conhecimentos no interior da profissão, pois através desta “conhecemos a maneira como são sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele” (BRAZ e TEIXEIRA, 2009, p. 191).

O segundo está relacionado às instâncias político-organizativas da profissão, que segundo as autoras abarcam tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão, pois são nestes fóruns que são consagrados os traços gerais do projeto profissional. O projeto ético-político do Serviço Social pressupõe um espaço democrático e de construção coletiva, pois existe um pluralismo de ideias no interior da profissão que estão em constante disputa.

O terceiro componente se refere à dimensão jurídico-política do Serviço Social “na qual se constituiu o arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão.” (BRAZ e TEIXEIRA, 2009, p.191-192). Esta dimensão envolve duas esferas distintas, porém articuladas entre si. A primeira refere-se ao aparato jurídico estritamente profissional, ou seja, aquilo que foi construído e legitimado pela categoria profissional como: o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, de 1996. Essa esfera é considerada o tripé do projeto ético-político profissional, por conter os preceitos que orientam a formação e ação do assistente social. A segunda esfera refere-se um aparato jurídico de caráter mais abrangente, proveniente do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988 e que perpassa a atuação do assistente social, para dar efetividade ao seu trabalho, como por exemplo: o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, o Estatuto do Idoso, entre outros.

De maneira geral, estes são os componentes que estruturam o projeto ético-político do Serviço Social, possibilitando a materialização dos princípios que o regem. Como trazem Braz e Teixeira “são eles os instrumentos que viabilizam o projeto profissional na realidade objetiva, supondo-a para além das ações profissionais isoladas, ainda que possam envolvê-las também.” (BRAZ e TEIXEIRA, 2009, p. 192).

1.4 Os Desafios para a Consolidação do Projeto Ético-Político na Atualidade

São inegáveis as conquistas alcançadas pelos assistentes sociais nas últimas décadas e que se materializaram em um projeto ético político-permeado por valores centrados na defesa dos direitos humanos. Porém, concomitante a essas conquistas, podemos verificar um contexto histórico mais amplo que interfere diretamente na efetivação dos preceitos contidos no projeto profissional em discussão.

Inicialmente é importante retomar a crise estrutural vivenciada pelo capitalismo a partir dos anos 70. Esta crise fez com que o capital iniciasse um processo de reestruturação, para se recuperar, provocando fortes rebatimentos na classe trabalhadora. Neste contexto emerge a estratégia neoliberal que está voltada para o reordenamento do Estado com vistas a atender os interesses do capital, destaca-se neste processo a minimização da intervenção do Estado na área social. Segundo Antunes (1999):

“O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois, nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como o Fundo Monetário Internacional.” (ANTUNES, 1999, p.220)

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva se consolidou a partir do governo Collor, no início da década de 90, e foi marcado por um processo de ajuste econômico e retração das políticas sociais, sob o discurso da ineficiência e insuficiência do Estado para dar respostas a estas demandas, desconsiderando todo um processo histórico de conquistas da classe trabalhadora. De maneira geral, toda esta conjuntura resultou no agravamento da desigualdade social, pois intensificou a exploração e a precarização do trabalho. O próprio conjunto das relações sociais sofreram alterações de modo a servir e reproduzir a lógica do capital. Como explica Chauí (2006):

“Em sua forma contemporânea, a sociedade capitalista caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, desde a produção, com a

dispersão espacial e temporal do trabalho, até a destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes. A sociedade *aparece* como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por organizações particulares e programas particulares, competindo entre si.” (CHAUI, 2006, p. 324)

Nessa mesma lógica, o capitalismo busca mostrar a aparência das coisas, na qual até mesmo os conhecimentos produzidos estão sustentados na lógica do imediatismo, sem um aprofundamento substancial acerca da realidade vigente. E essa fragmentação citada anteriormente pela autora é das principais formas de manter essa lógica de pensamento dispersa da totalidade social.

Todo esse caminho construído pelo capital tem provocado um agravamento da questão social, com intensificação da desigualdade social, traduzida numa distância cada vez maior entre ricos e pobres. Portanto, é essencial que os assistentes sociais busquem uma visão ampla acerca dos diversos elementos que incidem sobre a realidade social em que atua, analisando a demanda que lhe é apresentada a partir do ponto de vista da totalidade social. Isso significa que é necessário analisar a questão social a partir das suas múltiplas expressões, buscando apreender os recortes de gênero, raça, etnia, entre outros. Sendo necessário buscar conhecer, também, as formas de resistência vivenciadas pelos sujeitos sociais em relação a esta realidade (IAMAMOTO, 2012).

Diante da atual conjuntura, a consolidação do projeto ético-político profissional do Serviço Social se torna um desafio que exige cada vez mais estratégias por parte do assistente social. Nesta perspectiva, Iamamoto (2012) indica alguns preceitos essenciais para nortear a prática profissional neste contexto desafiador. Dentre eles, a autora cita a importância do reconhecimento da autonomia dos usuários, destacando a relevância de uma prática profissional baseada nos princípios democráticos. Deve-se buscar a defesa intransigente dos direitos humanos, o pressupõe a recusa do arbítrio e do autoritarismo (IAMAMOTO, 2012).

A autora, também, destaca a pesquisa como uma forma de desvelamento da realidade social dos usuários, possibilitando um olhar mais aprofundado acerca das condições de vida e de trabalho das classes sociais, com destaque para as classes subalternas, que é o principal público do Serviço Social (IAMAMOTO, 2012). A pesquisa traz grandes contribuições para o trabalho do assistente social, na medida em que oferece subsídios para a construção de estratégias de intervenção mais próximas das reais demandas dos usuários, contribuindo, desta forma, para a viabilização e ampliação do

acesso aos direitos sociais. Além disso, ela proporciona uma interface entre a teoria e a prática profissional, que é essencial para que o profissional atue em uma perspectiva mais ampla, com capacidade de enxergar a realidade para além do imediatismo e do senso comum, que muitas vezes impregnam o cotidiano profissional. Em relação a isto, Forti e Guerra (2011), trazem uma importante análise acerca da relação entre a teoria e a prática profissional:

“A discussão profissional sobre uma questão e/ou pertinência de determinado procedimento não pode limitar-se ao universo do senso comum. Diferentemente do leigo, em referência à discussão no âmbito profissional, nos cabe investir na problematização dos fenômenos, trazê-los para o campo da análise rigorosa, fecundamente crítica e prospectiva. Trata-se, portanto, de discussão na qual se torna imprescindível o investimento rigoroso e constante no desvendamento dos fundamentos sócio-históricos e ideoculturais que engendram as questões.” (FORTI e GUERRA, 2011, p. 4-5)

Torna-se necessário, também, que os espaços de trabalho dos assistentes sociais sejam, de fato, públicos, possibilitando uma maior participação da população nas decisões que lhes dizem respeito (IAMAMOTO, 2012). Para isso, é essencial que a atuação profissional do assistente social busque a socialização das informações, ampliação do conhecimento de direitos em deveres presentes nas diferentes demandas, aumento da transparência dos processos presentes no espaço de atuação, entre outros.

O cenário atual requer algumas características dos profissionais, para a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, sendo importante que o profissional seja culto, informado e crítico; para formular estratégias criativas frente aos dilemas presentes no campo sócio-ocupacional. Além disso, o assistente social deve ter um preparo técnico-operativo que lhe possibilite realizar diversificadas ações, com qualidade e competência profissional, compromisso fortemente destacado pelo projeto da profissão.

Enfim, o projeto ético-político do Serviço Social deve ser o referencial da prática profissional, mesmo na atualidade, na qual o contexto neoliberal intensifica a desigualdade social e diminui as ferramentas que podem auxiliar na garantia de direitos dos usuários. Portanto, atuar nos moldes do projeto profissional do Serviço Social se torna um desafio e exige cada vez mais dos profissionais. Uma das principais características que se coloca como exigência para os assistentes sociais que querem contribuir para a transformação

desta sociedade é a criatividade², pois ela se traduz na (re)construção de estratégias de trabalho e envolve desde a pesquisa sobre os fatores que incidem sobre uma demanda profissional até a luta pela ampliação de direitos. Sem perder de vista que a atuação profissional deve ter como pano de fundo os princípios presentes no projeto ético-político profissional do Serviço Social, dentre eles, destaca-se: a equidade, a justiça social, a liberdade e o compromisso com a competência profissional e com a qualidade dos serviços prestados IAMAMOTO (2012).

² Criatividade aqui entendida como um modo de busca por soluções inovadores, que consigam oferecer recursos para a busca pela efetivação de direitos, como aponta IAMAMOTO (2012).

CAPÍTULO II

1. A Execução Penal

A estratégia neoliberal adotada como alternativa diante da crise estrutural do capital, a partir da década de 70 têm deixado marcas profundas, principalmente em países como o Brasil, detentores de uma histórica e intensa desigualdade social. Todo esse contexto deu início ao processo de reestruturação produtiva que prioriza os interesses do capital, em detrimento de políticas que busquem assegurar condições dignas de vida para toda a população. Além disso, através da reestruturação produtiva, tem sido implementadas novas tecnologias com vistas a diminuir a contratação de força de trabalho e aumentar os lucros. Isso tem provocado o aumento do desemprego estrutural, além de inserções precárias no mercado de trabalho e uma intensa retração da proteção social oferecida pelo Estado. Tudo isso, faz com que este intensifique suas estratégias de disciplinamento (direcionadas à classe trabalhadora), por meio do aparato policial e judiciário, BRISOLA (2012).

Todo esse contexto permeia o aumento da criminalidade, frequentemente abordada pela mídia, pois o neoliberalismo implica em uma parcela cada vez maior de excluídos, que convivem com condições mínimas de sobrevivência, restando-lhes poucas alternativas diante da quase que completa negação dos seus direitos.

Desta forma, como indica Wacquant (2001), a crise estrutural do capital, na década de 70, fez emergir o Estado Penal em detrimento do Estado Social. Sendo a criminalização da pobreza, um dos principais retratos dessa nova abordagem do Estado, que tem investido cada vez mais em segurança pública.

“... por toda parte onde chega a se tornar realidade, a utopia neoliberal carrega em seu bojo, para os mais pobres mas também para todos aqueles que cedo ou tarde são forçados a deixar o setor do emprego protegido, não um acréscimo de liberdade, como clamam seus arautos, mas a redução e até a supressão dessa liberdade, ao cabo de um retrocesso para um paternalismo repressivo de outra época, a do capitalismo selvagem, mas acrescido dessa vez de um Estado punitivo onisciente e onipotente. A "mão invisível" tão cara a Adam Smith certamente voltou, mas dessa vez vestida com uma "luva de ferro".” (WACQUANT, 2001, p.99)

A ideologia dominante é legitimada pela repressão dos trabalhadores e pela criminalização dos movimentos sociais e da pobreza. A violência passa a ser naturalizada e

despolitizada na medida em que se desprende de reflexões críticas acerca da realidade social que a permeia. A mídia, que é um dos principais instrumentos de reprodução da ideologia dominante “falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia.” (BARROCO, 2011, p. 208).

É neste contexto que podemos verificar um aumento cada vez maior da população carcerária do Brasil. Como pode ser visto nos dados do Ministério da Justiça³, através do levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional- DEPEN, no qual pode ser verificado que a população penitenciária em 2002 era de 157.772 pessoas em privação de liberdade, sendo que em dezembro de 2011, quase uma década depois, esse número saltou para 514.582 pessoas, sinalizando uma média de 269,79 presos a cada 100.000 habitantes.

Essa contextualização é importante, pois mostra um aumento considerável do número de pessoas que cumprem penas privativas de liberdade⁴, possibilitando uma reflexão crítica acerca da relação que estes números possuem com as implicações que o neoliberalismo tem provocado na realidade brasileira, uma vez que o quadro de criminalização da pobreza apontado anteriormente pode ser constatado pela própria realidade do presídio. Sendo de conhecimento de todos que a grande maioria da população carcerária é formada por pessoas pobres, com baixos graus de instrução e negras. Enfim, esta é a conjuntura que permeia o nosso objeto de análise neste capítulo: a execução penal.

Inicialmente, é importante destacar que a execução penal é uma atividade complexa, que se efetiva por meio de dois Poderes: o Judiciário (através das instituições judiciárias) e o Executivo, que é responsável pela administração e manutenção da estrutura física e humana das instituições responsáveis pelo cumprimento das penas. As Secretarias de Segurança Pública, no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal são as responsáveis pela administração das instituições prisionais no Brasil, o gerenciamento dessas unidades, geralmente, é uma função da segurança pública, no qual o diretor, na maioria das vezes, é um delegado. Já a atuação do juiz está voltada para a fiscalização e o cumprimento dos determinantes legais para a execução da pena (CARDOSO, 2006).

³ Esses dados podem ser encontrados com mais detalhes no seguinte endereço eletrônico: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMID598A21D892E444B5943A0AEE5DB94226PTBRNN.htm>

⁴ As penas privativas de liberdade são aquelas destinadas aos casos de efetiva necessidade e, de acordo com o Código Penal (Decreto-Lei No 2.848, de 7 de dezembro de 1940) são cumpridas em regime fechado, semi-aberto ou aberto.

Neste âmbito, a Lei Execuções Penais-LEP, Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, é o marco regulatório uma vez que determina como deve ser executada e cumprida a pena privativa de liberdade e a pena restritiva de direitos⁵.

1.1 Breve Histórico da Lei de Execução Penal

A primeira tentativa de codificação das normas de execução penal, no Brasil, foi o projeto de Código Penitenciário da República elaborado em 1933 e publicado na edição de 25 de fevereiro de 1937 do *Diário do Poder Legislativo*, mas foi abandonado porque não estava em consonância com o Código Penal de 1940. Ainda assim, serviu como ponto inicial para a problematização da necessidade de uma Lei de Execução Penal, uma vez que o Código Penal e o Código de Processo Penal não eram adequados para a abordagem desta temática (MIRABETE, 2001).

Em 1957, foi aprovada a Lei nº 3.274, resultado de um projeto formulado em 1951 pelo deputado Carvalho Neto. Esta lei apresentava normas gerais do regime penitenciário, mas carecia de eficácia uma vez que não previa sanções para o descumprimento dos princípios e regras que continha, tornando-se, desta forma, letra morta no ordenamento jurídico brasileiro. Outros três projetos foram elaborados nos anos posteriores, mas foram abandonados por motivos diversos.

Somente em 1981, foi instituída pelo Ministro da Justiça, uma comissão formada pelos Professores Francisco de Assis Toledo, René Ariel Dotti, Miguel Reale Junior, Ricardo Antunes Andreucci, Rogério Lauria Tucci, Sérgio de Moraes Pitombo, Benjamim Moraes Filho e Negi Calixto. Esta comissão formulou o anteprojeto da Lei de Execução Penal, que foi publicado pela Portaria nº 429, de 22 de julho de 1981 para receber sugestões e foi entregue, com estas, à uma comissão revisora. O trabalho final elaborado por esta comissão foi apresentada ao Ministro da Justiça em 1982. Em Junho de 1983, o projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo então Presidente da República João Figueiredo e sem grandes alterações, foi aprovada a atual Lei de Execuções Penais-LEP, publicada no

⁵ “Na pena restritiva de direitos, o apenado fica submetido à interdição de direitos, à observância de condições, bem como ao cumprimento de normas de conduta e obrigações específicas sem recolhimento à prisão.” (CARDOSO, 2006,p. 42)

dia 13 de julho de 1984. Esta Lei passou a entrar em vigor no país no dia 13 de janeiro de 1985 (MIRABETE, 2001).

1.2 A Lei de Execução Penal- LEP

A Lei de Execução Penal- LEP é um dos instrumentos que normatizam os direitos e deveres dos sentenciados, por meio da concessão de benefícios e punições ao longo da execução da pena (CARDOSO, 2006) e traz em seu artigo 1º: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Além disso, a LEP determina como deve ser executada a pena privativa de liberdade e a restritiva de direitos e também articula dois outros princípios normativos: o da justa reparação do crime cometido e o caráter social preventivo da pena. Tendo como foco central, a busca pela “reabilitação” do apenado (CARDOSO, 2006).

Diante disso, depreende-se que a LEP busca garantir a execução penal, numa perspectiva de ressocialização dos apenados, através da concessão de benefícios ao longo do cumprimento da pena, como traz Mirabete (2001).

“...tem-se entendido que à ideia de ressocialização há de unir-se, necessariamente, o postulado da progressiva humanização e liberação da execução penitenciária, de tal maneira que, asseguradas medidas como as permissões de saída, o trabalho externo e os regimes abertos, tenha maior eficácia.” (MIRABETE, 2001, p. 35)

Essa perspectiva adotada pela LEP de oferecer mecanismos para a ressocialização do preso é fundamental para garantir a humanização no cumprimento da pena e para buscar diminuir os níveis de reincidência, na medida em que oferece uma perspectiva de inclusão social dos apenados, através de benefícios e da prestação de assistência ao preso. Além disso, a remissão da pena que pode ser obtida através do trabalho e estudo⁶ é um

⁶ A remissão da pena através do estudo é uma alteração recente da LEP, incluída pela Lei nº 12.433, de 2011. Esta lei também alterou o cálculo de diminuição da pena, uma vez que altera o artigo 128 da LEP que anteriormente previa que "o tempo remido será computado para concessão de livramento condicional e indulto", após a alteração o artigo afirma que "o tempo remido será computado como

grande estímulo para que os presos busquem novas alternativas de vida. Infelizmente, ainda existem sérios problemas neste âmbito, pois a inserção no mercado geralmente é feita de forma precária, como será discutido adiante, e os estudos sejam obrigatórios apenas até o ensino fundamental.

1.3 Os Benefícios e Assistências Previstos na LEP

Como foi citado anteriormente, a LEP prevê benefícios e serviços a serem concedidos aos presos ao longo do cumprimento da pena, o que trouxe uma perspectiva de inclusão social destes apenados quando retornarem a sociedade. Neste âmbito, podemos encontrar uma série de “assistências” previstas na LEP. Conforme seus artigos 10 e 11, que trazem respectivamente “Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.”. E o artigo 11 enumera os tipos de assistência que serão prestadas aos apenados, que são: material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

Apesar do artigo 10 estabelecer a assistência ao preso como um dever do Estado, o que a colocaria no âmbito da política social, a realidade no sistema penitenciário está distante desta perspectiva, pois a “assistência” está focada na demanda prisional, com ações pontuais, determinadas por critérios distantes do princípio da universalidade que rege e assistência como política de seguridade social, ou seja, são marcados pela benemerência, favorecimento, concessões e meritocracia, uma vez que a obediência às regras do presídio se configura como um dos principais condicionantes para que o apenado tenha acesso aos benefícios. Tudo isso, como indica Cardoso (2006), revela uma contradição prevista na LEP, que destaca também o fato de que essa limitação colocada pela administração do presídio, no acesso aos bens e serviços por parte dos sentenciados, através do controle disciplinar, fortalece fatores discriminatórios e promove comportamentos clientelistas e redes de favorecimento assistencialistas.

Neste contexto, a legislação acaba perdendo uma de suas maiores inovações e conquistas, pois não determina parâmetros claros e universalizantes para garantir o acesso

pena cumprida, para todos os efeitos”. Essa alteração traz grandes benefícios para os presos na medida em que os dias remidos passam a contar para os cálculos da progressão de regime.

aos benefícios e serviços a todos os sentenciados. E aquilo que está postulado na lei encontra barreiras para que ganhar efetividade na prática.

Diante deste quadro, será realizada uma breve análise acerca das assistências prevista no artigo 11 da LEP, com base no estudo realizado por Cardoso (2006). E em último plano, serão destacados dois benefícios previstos na LEP e no Código Penal Brasileiro (trabalho externo), pois são benefícios abordados diretamente pelos assistentes sociais que compõe essa pesquisa.

A assistência material envolve o fornecimento de abrigo e alimentação, por parte das unidades prisionais.

Em relação à assistência a saúde, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), de 2003, estabelece que as ações devem estar em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde- SUS. A realidade nas unidades prisionais é uma atenção focada nos serviços médico e odontológico. Já o acesso às outras especialidades, como a Psicologia e o Serviço Social, está condicionado às percepções dos agentes. De uma forma geral, as ações de saúde no sistema prisional encontram dificuldades estruturais e conjunturais que dificultam a prestação dos serviços, como os baixos salários pagos aos profissionais e a falta de estrutura física adequada para realizar os atendimentos.

Outra assistência prevista na LEP é a jurídica, que como ressalta Cardoso (2006), é muito importante para a população penitenciária, pois se configura como um elo entre o apenado e a justiça, revelando reconhecimento deste indivíduo como sujeito de direitos. Apesar disso, a realidade é marcada pela falta de recursos humanos para atender a todas as demandas, o que simboliza uma grande perda para esses apenados, que na maioria dos casos não possuem condições financeiras para constituir advogado. Ainda em relação à assistência jurídica, a Lei nº 12.313 de 2010, alterou o artigo 16 da LEP ao determinar que os serviços estejam disponíveis não somente no interior, mas também fora dos estabelecimentos penais.

A assistência à educação é de fundamental importância para que os apenados possam utilizar o tempo de ócio nas unidades prisionais para adquirir conhecimentos que possibilitem uma nova inserção, mais qualificada, no mercado de trabalho. Além disso, possibilita que o grande contingente de apenados analfabetos ou que não concluíram o ensino fundamental possam retomar os estudos. O artigo 20 da LEP determina que as atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou

particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. Aqui no Distrito Federal, há uma parceria com a Secretaria de Educação, que cede os professores que dão aula nas penitenciárias. Sendo obrigatório, de acordo com a LEP, apenas o ensino fundamental. Um dos principais problemas que impedem a efetivação de qualidade desse serviço é que a inclusão dos apenados se dá mediante obediência às regras de disciplina e o desligamento do apenado das atividades pedagógicas poderá ser utilizado como punição pela direção da unidade prisional, (CARDOSO, 2006). Esse é um grande problema, pois suspender o acesso dos apenados à educação como forma de punição, penaliza-os duas vezes, pois priva estes indivíduos de ter uma perspectiva de mudança quando deixarem o presídio, além dos demais benefícios que a educação fornece para que esses apenados se reconheçam como cidadãos. A educação pode auxiliar até mesmo na busca de protagonismo desses sentenciados na luta pela efetivação de seus direitos, frequentemente desmantelados e desqualificados.

No caso da assistência social, como destaca Cardoso (2006), a perspectiva abordada pela LEP, carrega fortes traços presentes no período de institucionalização da profissão, sendo, desta forma, marcado pelo conservadorismo e assistencialismo. Diante disso, depreende-se da LEP no que tange a assistência social, conforme aborda Cardoso (2006), que as ações são voltadas para a pessoa do apenado, com foco no delito, através de uma perspectiva positivista, que atribui o delito à personalidade do criminoso, sem considerar aspectos mais amplos que incidem sobre a realidade. Diante desse quadro, os assistentes sociais que trabalham nas unidades prisionais encontram dificuldades para efetivar a assistência como um direito.

E o último serviço aqui abordado, que se encontra no artigo que dispõe sobre as assistências é a assistência religiosa que, conforme Cardoso (2006) baseia-se no princípio da busca pelo apenado do reconhecimento de sua condição de delituoso. A autora aponta que o princípio central da prática religiosa no interior da prisão é a defesa da moralidade.

Diante desse resumo analítico das assistências previstas na LEP é possível verificar que esses serviços não se constituem como direitos, estando, muitas vezes, condicionados às regras disciplinares. Sendo frequentemente desconsiderados os benefícios que poderiam trazer para o apenado e para a sua reintegração social caso fossem considerados como direitos universais e houvesse um real compromisso por parte dos dirigentes das unidades penitenciárias com a proposta estabelecida pela LEP de promover a execução penal aliada à busca pela inclusão social do apenado.

1.3.1 Trabalho Interno e Externo

O benefício referente ao trabalho para o apenado encontra-se disposto no capítulo III, artigos 28 a 37, da LEP. O trabalho pode ser interno ou externo.

O trabalho interno é aquele realizado no interior do próprio presídio e o trabalho externo é aquele realizado extramuros. Como relata Cardoso (2006), entre todos os serviços que são oferecidos aos apenados, o trabalho é o mais solicitado, por oferecer a remição da pena (1 dia a cada três dias trabalhados) e a possibilidade de remuneração. O acesso está condicionado ao controle disciplinar, a capacidade de atendimento e ao limite de vagas, o que restringe o número de presos que conseguem obter esse benefício.

Na maioria das unidades, as atividades oferecidas estão relacionadas à manutenção e limpeza dos pátios, corredores, celas e banheiros; à costura, artesanato e panificação; distribuição de alimentação e atendimento na cantina, entre outros (CARDOSO, 2006). Desta forma, as atividades laborativas desenvolvidas não exigem conhecimentos técnicos específicos, o que não auxilia os apenados a se incorporarem efetivamente ao mercado de trabalho quando retornarem à sociedade, esse quadro revela que essas atividades buscam apenas reduzir o ócio e permitir a remissão, até porque poucas são remuneradas. Isso faz com que o trabalho desenvolvido se dê de forma precarizada e sem oferecer uma perspectiva emancipatória. Seriam necessários ações e programas que promovessem a capacitação do apenado para executar atividades que exigem conhecimento técnico e que estivessem em consonância com as demandas do mercado de trabalho.

O trabalho externo pode ser desenvolvido em empresas públicas ou privadas. Neste caso, o sentenciado que está no regime semi-aberto tem permissão para trabalhar durante o dia, mas deve retornar ao presídio à noite. Este benefício se caracteriza como uma das demandas de trabalho dos assistentes sociais entrevistados neste estudo.

1.3.2 Saídas Temporárias

As saídas temporárias são outro benefício previsto na LEP, destinado aos apenados que se encontram no regime semi-aberto. Seu acesso está condicionado ao atendimento de requisitos objetivos e subjetivos, conforme aponta o artigo 123 da LEP, que traz:

Art. 123. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

I - comportamento adequado;

II - cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;

III - compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

As saídas no Distrito Federal ocorrem cinco vezes por ano, em alguns feriados: Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Natal e Ano Novo. E estão condicionadas à obediência a algumas regras, tais como: recolher-se à residência até às 18h; não frequentar prostíbulos, bares, botequins, ou similares; não ingerir bebidas alcoólicas ou entorpecentes; não se ausentar do Distrito Federal sem prévia autorização; dentre outras.

As saídas temporárias também se configuram como demanda dos assistentes sociais aqui relatados e são encaminhadas pelo juiz para que os profissionais analisem as possibilidades de concessão desse benefício.

CAPÍTULO III

1. O Poder Judiciário

Como foi relatado anteriormente, o Poder Judiciário, juntamente com o Poder Executivo são os responsáveis pela execução penal. Neste estudo, o Poder Judiciário será destacado por ser o âmbito de trabalho dos assistentes sociais analisados, no caso o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, por meio da Vara de Execuções Penais.

Antes de situar a execução penal, na ótica do Poder Judiciário no Distrito Federal, é necessário realizar uma breve análise acerca deste Poder.

1.1 Breve Análise acerca do Poder Judiciário na Atualidade

O Poder Judiciário, como explica Faria (2001), é uma das instituições básicas do Estado Constitucional moderno, âmbito em que exerce três funções: instrumental (dirimir conflitos), política (promover o controle social) e simbólica (promover a socialização das expectativas à interpretação das normas legais).

Como aponta o autor, originariamente, no capitalismo concorrencial, o Poder Judiciário foi concebido para preservar a propriedade privada, assegurar os direitos fundamentais, garantir as liberdades públicas, dar eficácia aos direitos individuais, além de afirmar o Império da Lei, protegendo os cidadãos contra abusos do Estado. Já no período histórico do capitalismo organizado, o Poder Judiciário adquiriu uma nova função: implementar direitos sociais. E na atualidade, marcada pela reestruturação do capitalismo, esse poder se vê diante de uma realidade incerta, na qual o Estado-nação tem perdido a sua autonomia decisória, o que compromete diretamente as ações deste Poder.

A desterritorialização da produção, decorrente da globalização e a transnacionalização dos mercados são duas transformações decorrentes da reestruturação capitalista, cujas consequências tem recaído diretamente no Poder Judiciário, por serem incompatíveis com a estrutura desse Poder, marcado por forte hierarquização, orientado por uma lógica legal-racional e fortemente submisso à lei. Diante disso, Faria (2001), aponta alguns desafios que devem ser enfrentados pelo Judiciário na atualidade, quais sejam:

“alargar os limites de sua jurisdição, modernizar suas estruturas organizacionais e rever seus padrões funcionais, para sobreviver como um poder autônomo e independente” (FARIA, 2001, p. 9).

O cenário provocado pela reestruturação do capital, não implicará no desaparecimento do Poder Judiciário, apesar de que este tende a perder seu monopólio em algumas áreas, setores e matérias. Segundo Faria (2001), o Judiciário tem pela frente quatro polêmicas e importantes áreas de atuação, que serão abordadas com mais detalhes nos parágrafos seguintes.

A primeira dessas áreas, como aponta o autor, está relacionada às consequências sociais da globalização. Isto porque esta é um fenômeno que tem aprofundado a exclusão social, na medida em que o aumento da produtividade por parte dos detentores do capital está condicionada à degradação salarial, informatização da produção acarretando o fechamento de diversos postos de trabalho, o que aumenta o desemprego estrutural e obriga diversos trabalhadores a se inserirem no mercado informal para garantir a sobrevivência. A ligação entre a marginalidade econômica e a social torna o Estado responsável pela manutenção da ordem, disciplina e segurança. Resumidamente, isso significa que: “os “excluídos” do sistema econômico perdem progressivamente as condições materiais para exercer seus direitos básicos, mas nem por isso são dispensados das obrigações e deveres estabelecidos pela legislação, principalmente a penal” (FARIA, 2001, p. 13). Tal realidade está diretamente relacionada com a ascensão do Estado Penal em detrimento do Estado Social, desencadeada pela reestruturação produtiva do capital. Como Faria (2001) relata, vivemos na atualidade um período de desregulação e “flexibilização” no âmbito do direito econômico e trabalhista, enquanto o direito penal vive uma situação inversa: uma rápida e intensa definição de novos tipos penais; a aplicação quase irrestrita da pena de prisão; ampliação do rigor das penas; e o estreitamento das fases de investigação criminal e instrução processual. Ainda neste âmbito, o autor ressalta o fato de que muitos Estados tem mudado a concepção acerca do direito penal, tornando-o cada vez mais intervencionista e preventivo, isso pode ser verificado na disseminação do medo no seu “público-alvo” (a população excluída) e na ênfase da garantia de tranquilidade e segurança pública. Enfim, esse cenário revela que a classe trabalhadora, além de ver seus direitos, alguns deles até previsto na Carta Magna do Brasil, sendo completamente violados, através da precariedade da saúde e da educação, por exemplo, ainda são culpabilizados pela sua condição, através de um Estado punitivo e da forma como a pobreza, e suas

nuances (como os moradores de rua, por exemplo), são abordadas pelos os meios de comunicação de massa, que formam muitas opiniões neste país.

A segunda área apontada está relacionada às consequências do desequilíbrio dos poderes, fenômeno, que de acordo com o autor, foi provocado inicialmente pela expansão do Estado provedor, nos anos 60 e 70, e, mais tarde pela relativização de sua soberania, a partir dos anos 80. Nesse campo, podem ser visualizados alguns problemas relacionados ao conflito entre os poderes que fazem com que o Judiciário seja levado ao centro de decisões políticas, assumindo papéis inéditos de gestor de conflitos, e enfrentando maiores dificuldades para decidir, quais sejam: o fato de que o Judiciário atua em um patamar de complexidade técnico-jurídico maior que o Legislativo e o Executivo e a resistência de alguns setores à supressão dos direitos fundamentais e sociais, devido aos processos de desregulamentação e desconstitucionalização desses direitos. Enfim, nessa área apontada pelo autor é importante destacar um exemplo cada vez mais comum: a “judicialização” da saúde, no qual é cada vez mais comum que a população procure a justiça para garantir atendimentos nesta área, como vagas em UTIs ou o fornecimento de medicamentos de auto-custo, que fazem parte do direito à saúde previsto na Constituição Federal, mas que não tem sido garantidos pelo poder Executivo.

A terceira área apontada por Faria (2001) está relacionada aos investidores estrangeiros, que segundo o autor: “tendem a sentir-se tão mais seguros quanto maior é o coeficiente de certeza jurídica dos países onde aplicam seus recursos.” (FARIA, 2001, p. 15). Isso significa que países, cujos tribunais são lentos, ineptos e caros, induzem a opção desses investidores por formas extrajudiciais de resolução de conflitos, o que gera custos adicionais que são rigorosamente transferidos ao preço dos empréstimos, através de taxas de risco. De forma resumida, a decisão de investir ou liberar créditos está diretamente relacionada com a confiança dos investidores nas formas como são solucionados os eventuais problemas jurídicos que envolverem seus recursos ou seus tomadores de empréstimos.

A quarta e última área de atuação está relacionada aos problemas de justiça “corretiva” e de acesso aos tribunais. Para manter a sua jurisdição sobre eles, nos últimos anos, o Poder Judiciário optou por uma transformação organizacional, buscando informalizar-se por meio dos juizados de negociação e conciliação para as pequenas causas de natureza civil. Faria (2001) destaca que apesar desses juizados terem a aparência de justiça de segunda classe, é inegável a sua contribuição para viabilizar o acesso de uma grande parcela da população aos tribunais. O problema apontado pelo autor é que a má

distribuição de renda e os problemas que ela provoca, especialmente nos países da América Latina, fazem com que muitos dos problemas tradicionais tratados nesses tribunais sejam contaminados por conflitos distributivos, o que faz com que questões corriqueiras do direito assumam um caráter político.

Em relação a este aspecto político que tem influenciado cada vez mais as decisões do judiciário, Faria (2001) apresenta um questionamento essencial para pensarmos este Poder em um cenário cada mais vez marcado pela desigualdade social:

Em contextos socioeconômicos estigmatizados por dualismos profundos e em contextos jurídicos fragmentados por normas contraditórias e fracamente articuladas por princípios gerais muito abertos, de que modo- eis o eixo central do debate- a interpretação pode resumir-se a um simples ato de conhecimento (e não de decisão, ou seja, não-política) e de descrição de normas (e não de criação)? (FARIA, 2001, p. 16)

Enfim, esse debate acerca do Poder Judiciário na atualidade e dos novos papéis que este tem sido levado a assumir é essencial para a proposta apresentada neste estudo, pois a grande maioria dos apenados sofrem diretamente os impactos dessa conjuntura apresentada pelo autor. Ou seja, veem seus direitos sendo cada vez mais cerceados e em contrapartida sofrem os autoritarismos de um Estado cada vez mais forte penalmente. Nesse sentido está uma das dúvidas apresentadas por Faria (2001) em suas conclusões, que é saber se o Poder Judiciário conseguirá dar conta desses dois papéis contraditórios que lhes são colocados: um de natureza punitiva, voltada para os segmentos marginalizados; e o outro de natureza distributiva voltado, principalmente, para esses mesmos segmentos, tendo em vista o estabelecimento de padrões mínimos de integração, equidade e coesão sociais.

1.2 O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

A origem do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios- TJDFT, como pode ser verificado em seu site⁷, remonta o período do Brasil Colônia em que a capital do país era a cidade de Salvador-BA, pois lá estava localizado o centro administrativo da colônia

⁷ <http://www.tjdft.jus.br/institucional/centro-de-memoria-digital/historico/antecedentes>

brasileira e, também, o Judiciário. Mas, somente no Rio de Janeiro-RJ, durante o período republicano, é que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios foi concebido como Poder Judiciário em exercício na casa da União e em seus territórios. Com a transferência da capital para Brasília, em 1960, foi criado um novo tribunal, que recebeu magistrados de diversos locais do Brasil.

A partir da transferência do TJDFT para a nova capital federal, este passou a ser regido pela Lei nº 3.754. A Constituição Federal de 1988 deu autonomia para que os órgãos do poder judiciário, federais e estaduais, elaborassem normas e leis que regulamentassem o funcionamento e a organização dos órgãos jurisdicionais e administrativos em seu âmbito. Neste contexto, o TJDFT passou a ser organizado pela Lei 11.697, de junho de 2008, pelo Regimento Interno do Tribunal e pelo provimento da corregedoria.

O TJDFT é uma das instituições que compõe a Justiça do Distrito Federal e Territórios (Lei 11.697), possui sede em Brasília, exerce sua jurisdição no Distrito Federal e Territórios e é composto por quarenta desembargadores. O Tribunal possui natureza pública e, conforme pode ser verificado em seu sítio eletrônico, possui como missão: “Proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social.”.

Conforme pode ser verificado no Regimento Interno do TJDFT, este tribunal é formado por duas instâncias. A primeira é a magistratura de primeiro grau, que é constituída por juízes e juízes substitutos. A segunda é composta por desembargadores, nela tem-se o Tribunal Pleno, o Conselho Especial, Turmas e Câmaras.

As Varas fazem parte do primeiro grau de jurisdição no Distrito Federal. É neste contexto que está inserida a Vara de Execuções Penais, cujas competências, conforme pode ser verificado no Regimento Interno do Tribunal são:

“Art. 23. Compete ao Juiz da Vara de Execuções Penais:

I – a execução das penas e das medidas de segurança e o julgamento dos respectivos incidentes;

II – decidir os pedidos de unificação ou de detração das penas;

III – homologar as multas aplicadas pela autoridade policial nos casos previstos em lei;

IV – inspecionar os estabelecimentos prisionais e os órgãos de que trata a legislação processual penal;

V – expedir as normas e procedimentos previstos no Código de Processo Penal.”

A Vara de Execuções Penais é composta: pelo Gabinete (formado pelo Juiz de Direito Titular e os Juízes de Direito Substitutos) e, subordinados a este: pelo Cartório, a Assessoria Jurídica e a Seção Psicossocial (SEVEP).

1.2.1 A Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais- SEVEP

A página eletrônica da Seção Psicossocial no site do TJDF⁸ traz informações importantes acerca das transformações históricas sofridas pela Seção ao longo dos anos, o que possibilita uma análise histórica acerca do próprio Serviço Social na instituição.

O assessoramento psicossocial ao juiz das execuções penais iniciou-se no ano de 1984, por meio da iniciativa do então juiz Dr. Irajá Pimentel que acompanhado por uma socióloga, Margarete Mendonça (à época sua secretária), realizava visitas aos presídios e atendimentos individuais com os sentenciados, que possuíam o benefício de prisão domiciliar ou livramento condicional, e familiares. Dois anos depois, com a chegada de uma assistente social e de uma psicóloga, teve início a sistematização das atividades como: autorização de visitas dos familiares ao presídio e expedição de autorização de viagem ao sentenciados.

A publicação da portaria nº 03 de 17/08/1987, instituiu o assessoramento psicossocial da VEC (naquela época, a atual Vara de Execuções Penais se chamava Vara de Execuções Criminais). Esta portaria representou o marco da legitimação e consolidação do espaço profissional do assistente social e do psicólogo na Vara de Execuções Penais, isto porque, neste período, surgiram demandas que exigiam o uso de conhecimento técnico específicos dos profissionais de Serviço Social e Psicologia, tais como: visitas domiciliares, atendimentos individuais e relatórios. Neste período surgiu a equipe de Estudo e Acompanhamento de Processos (EAP), cuja frente de trabalho era voltada para a concessão de benefícios de saídas temporárias, saídas especiais, progressão de pena e trabalho externo.

⁸ Acesso em 15 de outubro de 2012.

Nesta mesma época, por sugestão da equipe, os sentenciados que estavam internados cumprindo medida de segurança no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho (RJ), retornaram ao Distrito Federal, o que resultou na criação da Ala de Tratamento Psiquiátrico no antigo Núcleo de Custódia de Brasília, hoje Centro de Detenção Provisória (CDP) e no surgimento da equipe de Medida de Segurança, que realiza o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das medidas de segurança.

Em 1990, conforme a portaria nº 01 de 18/04/1990, o assessoramento psicossocial passou a ter status de setor, cuja atribuição básica é prestar assessoria direta nos assuntos da área psicossocial, aos juízes das execuções penais. Com a ampliação do trabalho, foram sugeridas novas atribuições pela equipe, uma delas resultou na criação da equipe de acompanhamento da Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Em 1992, foi criado o Serviço Psicossocial Pedagógico Forense (SERPP), cujo objetivo era uniformizar e juntar os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos na área psicossocial. A criação da SERPP trouxe mudanças na esfera da subordinação institucional e técnica do setor psicossocial da VEC, que se transformou em Seção Psicossocial da VEC e passou a estar subordinado institucionalmente à corregedoria da justiça do TJDF e à diretoria do Serviço Psicossocial Pedagógico Forense.

Em 1996, diante da incompatibilidade das equipes que compunham a SEVEC e o SERPP, foi publicada a portaria nº 346, de 11/06/1996, que subordinava novamente a Seção ao juiz da VEC. Em 1997, foi apresentada pela Seção, a criação do projeto: "Penas Alternativas: redimensionamento da experiência do Distrito Federal", em parceria com o Ministério da Justiça. Tal projeto culminou na criação, em 2001, da Central de Penas e Medidas Alternativas (CEPEMA), atual VEPEMA e de sua Seção Psicossocial, que passou a realizar o acompanhamento e a fiscalização das penas alternativas.

Em setembro de 2008 houve a alteração, por meio da portaria nº 032 de 29/08/2008, da nomenclatura da Vara de Execuções Criminais, que passou a se chamar Vara de Execuções Penais, assim a SEVEC passou a ser denominada Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais - SEVEP.

O objetivo geral desta Seção é: assessorar o Juiz da VEP nas decisões relativas à execução das penas, com ênfase nos aspectos psicossociais. Já os objetivos específicos consistem em: acompanhar e fiscalizar o cumprimento das decisões judiciais relativas às penas privativas de liberdade e medidas de segurança; articular-se com outros órgãos no sentido de promover o retorno do sentenciado ao convívio social; fornecer subsídios para as

decisões judiciais; e preparar os familiares para o acolhimento do apenado em seu retorno para o convívio social.

A SEVEP é composta por: uma supervisora (analista judiciária na especialidade psicologia); uma supervisora substituta (técnica judiciária com formação em psicologia); seis assistentes sociais; cinco psicólogas; quatro técnicas judiciárias, destas duas são responsáveis pelas atividades da secretaria da SEVEP e duas atuam em uma das frentes de trabalho (uma delas com formação em psicologia e outra com formação em sociologia e pedagogia); e estagiários de Psicologia e Serviço Social. Sendo seus usuários: sentenciados submetidos a penas privativas de liberdade e medidas de segurança nas modalidades de internação e tratamento ambulatorial, e seus familiares. Atualmente, a SEVEP atua em três frentes de trabalho:

- Medidas de Segurança: refere-se aos sentenciados submetidos a penas privativas de liberdade e medidas de segurança nas modalidades de internação e tratamento ambulatorial e seus familiares.
- Penas Privativas de Liberdade: atende as determinações e sentenças para as pessoas em provação de liberdade no regime fechado e semi-aberto, envolvendo as saídas temporárias e outra série de necessidades de acompanhamento dos apenados.
- Trabalho Externo: avaliação da concessão de trabalho externo, em empresas privadas (ou órgãos públicos, quando o sentenciado era servidor do quadro), aos beneficiados com regime semi-aberto.

As principais atividades desenvolvidas pela SEVEP são: estudo/resumo dos processos; visitas domiciliares; atendimento junto aos internos nos estabelecimentos prisionais e também na Seção; reuniões com empregadores, visitas às empresas; visitas institucionais a clínicas, hospitais, serviços de saúde, comunidades terapêuticas, abrigos; solicitação de realização periódica de exame no Instituto de Medicina Legal-IML; participação em audiências relativas à Medida de Segurança; e elaboração de relatórios e pareceres.

Neste estudo, serão abordados apenas os assistentes sociais que atuam junto à concessão dos benefícios de saídas temporárias e trabalho externo, devido às especificidades da medida de segurança.

2. O Serviço Social no Campo Sócio- Jurídico

A presença do assistente social na esfera sócio- jurídica, segundo Iamamoto (2004), possui grande tradição e representatividade na história do Serviço Social, podendo ser constatada já nos finais da década de 1930, juntamente com o processo de institucionalização da profissão, no qual este profissional atuava junto ao “Juízo de Menores”.

Conforme explica Fávero (2008), o termo campo sócio-jurídico refere-se ao conjunto de áreas de atuação em que as ações desenvolvidas pelo Serviço Social se articulam às ações de natureza jurídica, como por exemplo: o sistema judiciário, o ministério público e o sistema penitenciário e prisional. De acordo com a autora, esse termo ficou mais conhecido no meio profissional dos assistentes sociais, a partir de sua escolha como tema da Revista Serviço Social e Sociedade nº 67 (Cortez Editora), de uma das sessões temáticas do X CBAS-Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/2001 e do Encontro Nacional Sócio-jurídico que ocorreu em Curitiba, em 2004.

Atualmente, a esfera sócio- jurídica, tem demandado cada vez mais assistentes sociais⁹, por serem profissionais voltados para contribuir na viabilização do acesso aos direitos. Isso não significa que este profissional dispõe de todos os instrumentos para a efetivação do que está proposto em seu projeto ético-político, conforme abordado anteriormente, uma vez que, como aponta Iamamoto (2004), os direitos sociais afirmados em estatutos legais, nem sempre podem ser efetivados, pois dependem de vontade política e decisão governamental. Isto incide diretamente sobre o cotidiano do trabalho do assistente social, exigindo reflexões por parte destes profissionais que suscitem e inspirem ações que possam problematizar os dilemas vividos e buscar soluções para estas questões. Mesmo assim, apesar das recentes iniciativas para reverter este cenário, essa esfera “tem adquirido pouca visibilidade na literatura especializada e no debate profissional das últimas décadas” (IAMAMOTO, 2004, p.262).

A efetivação do projeto ético-político do Serviço Social pode encontrar diversos desafios para se materializar, tendo em vista as características que marcam o Poder Judiciário, uma vez que este se caracteriza como um dos instrumentos de coerção do Estado, mas, também, não podemos desconsiderar o fato de que ele pode se configurar como um espaço importante na efetivação de direitos. Ainda assim, apesar dos desafios,

⁹ Especialmente após a Constituição Federal de 1988, que trouxe diversas inovações no campo dos direitos sociais.

este campo apresenta possibilidades que podem favorecer conquistas importantes por parte dos profissionais de Serviço Social, especialmente, no que tange a busca pela garantia de acesso aos direitos por parte dos usuários, com os quais este profissional lida em seu cotidiano.

CAPÍTULO IV

1. O Serviço Social na SEVEP

Na atualidade, o assistente social se depara, independente do espaço sócio-ocupacional em que atua, com um contexto marcado pelas diversas transformações explicitadas anteriormente, desencadeadas em sua maioria, pela reestruturação produtiva decorrente da crise do capital na década de 70. Essas modificações implicaram mudanças profundas no mundo do trabalho em termos de tecnologia, de regulamentações e relações trabalhistas e nas formas de inserção do trabalhador no mercado. Os principais atingidos por esta conjuntura foram aqueles que não tiveram ou não têm acesso à educação formal de qualidade, impossibilitando uma qualificação profissional técnica e voltada para as demandas atuais (FÁVERO, 2006). Tudo isso, gera um horizonte de inserções cada vez maiores no mercado informal de trabalho (onde não há a garantia dos direitos trabalhistas), em trabalhos precários, além do desemprego e da insegurança trabalhista que afetam grande parcela da população.

É possível verificar a partir desse mesmo movimento marcado pela perspectiva neoliberal, uma retração cada vez maior dos direitos sociais, ainda que garantidos em Lei, tendo como principal expoente a Constituição Federal de 1988, sendo estabelecidos pelo artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010).”. Apesar disso, o que pode ser verificado na atual conjuntura, é que o tratamento dado a estes direitos está marcado pela diminuição dos investimentos, que tornam o acesso cada vez mais focalizado e precário, perdendo, desta forma, o caráter universal que deveria assumir.

O Estado, além de não garantir efetivamente tais direitos, tem investido cada vez mais na criminalização da pobreza, como abordado anteriormente.

É nesse complexo cenário que o assistente social é chamado para desenvolver seu trabalho, o que implica diversos desafios, tendo em vista os pressupostos que orientam a sua prática profissional e que são expressos no projeto ético-político da profissão. Um dos principais desafios que se colocam para o assistente social na atualidade é auxiliar na

garantia do acesso aos direitos nessa conjuntura de forte redução da intervenção do Estado na desigualdade social, pois dentre os princípios fundamentais estabelecidos pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993 estão: *III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras*; e *V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática*.

Portanto este cenário, na análise de Iamamoto (2012), faz com que um dos principais desafios dos assistentes sociais no presente seja “desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*.” (IAMAMOTO, 2012; p.20). Diante disso, é importante ressaltar a importância da construção e implementação de estratégias de ação, que sejam capazes de fornecer uma nova direção ao planejamento e execução de tarefas. Estas estratégias deverão ser impulsionadas, conforme Iamamoto (2007), pela apropriação e explicitação efetiva do espaço ocupacional, através de uma análise crítica das determinações político-econômicas macroscópicas que o atravessam. Como traz a autora, as possibilidades estão dadas na realidade, mas cabe ao assistente social transformá-las em alternativas profissionais: “Sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social.” (IAMAMOTO, 2012; p.21). Alguns podem questionar a questão da autonomia profissional como um impedimento para a formulação e concretização de tais estratégias, mas como ressalta a autora, o controle institucional não é total, uma vez que o assistente social dispõe de uma relativa autonomia, que se expressa na singular forma de contato que estabelece com o usuário. Isso possibilita a construção de novas alternativas de trabalho e será determinada, principalmente, pela maneira como ele interpreta o seu papel profissional.

Tendo por base este debate, busca-se através da seguinte análise identificar as ações que os assistentes sociais da SEVEP têm desenvolvido para a garantia e ampliação do acesso aos benefícios e serviços por parte dos usuários. O olhar que será direcionado à prática desses profissionais terá como lente o projeto ético-político do Serviço Social, que deve ser o norte de uma prática profissional do assistente social voltada para busca de uma sociedade mais justa.

Para subsidiar esta análise, foram entrevistados cinco assistentes sociais, que atuam nos benefícios de trabalho externo e saídas temporárias, identificados pelas letras: A, B, C,

D e E. A entrevista estava fundamentada em três pilares: perfil profissional; a concepção acerca do projeto ético-político do Serviço Social; e a prática profissional em si.

1.1 Perfil Profissional

Em relação ao perfil profissional, buscou-se verificar, sucintamente, questões acerca da formação profissional: ano de graduação, se possui pós-graduação e a área e o tempo de atuação na SEVEP.

Todos os entrevistados concluíram a graduação entre 1997 e 2008. Este dado é importante porque tendo em vista o fato de que a presente análise visa analisar a prática dos assistentes sociais à luz do projeto ético-político do Serviço Social, pode-se verificar que todos os entrevistados concluíram seus cursos após a construção desse projeto.

Iamamoto (2012), ao estabelecer uma reflexão acerca dos instrumentos de trabalho do assistente social propõe uma ampliação de sua concepção. Destarte, a noção restrita de instrumento como um conjunto de técnicas, passa a abarcar o conhecimento como um meio de trabalho fundamental para a realização de uma atividade ou trabalho por parte de um trabalhador. As bases teórico-metodológicas são recursos indispensáveis para que o assistente social exerça o seu trabalho, pois proporcionam uma leitura da realidade que oferecerá direcionamento a ação profissional.

Tendo em vista a dinamicidade da realidade social e o fato de que o trabalho do assistente social é influenciado diretamente pelas transformações societárias, a qualificação profissional se torna um dos fatores essenciais para a prática profissional do assistente social que encontra na dimensão teórico-metodológica, um mecanismo de leitura e interpretação da realidade que fomentará as ações que irão balizar a prática profissional. Neste horizonte, é importante destacar que a qualificação profissional do assistente social não deve estar limitada à formação em curso de graduação, mas deve se dar de forma contínua, para que esse profissional consiga dar resposta às demandas que lhe são apresentadas no cotidiano. Em relação a isso, Forti e Guerra (2011) destacam que a capacidade intelectual do assistente social é fundamental para que ele possa imprimir significado, direção valorativa e finalidade às suas ações, além disso, as autoras apontam que o constante aprimoramento profissional é fundamental para captar os movimentos que interferem na sociedade, oferecendo maiores subsídios para a prática profissional.

A partir dessas ideias, buscou-se verificar junto aos profissionais entrevistados, se possuíam pós-graduação e, em caso afirmativo, quais eram as áreas. Apenas um profissional possuía apenas graduação. Dois possuíam especialização voltados para a área de saúde, sem relação com a temática penal. Duas haviam concluído o mestrado em política social, relacionados com a área penal. E uma dessas possuía também 4 especializações em áreas diversas.

Em relação ao tempo de atuação na SEVEP, quatro profissionais possuem entre três e cinco anos e apenas uma profissional está há mais de cinco anos nesta seção.

1.2 Concepção acerca do Projeto Ético-Político do Serviço Social

Analisar a concepção dos assistentes sociais acerca do projeto ético-político do Serviço Social é um dos caminhos para identificar a presença das ideias desse projeto nas ações desses profissionais. Conforme Iamamoto (2012), um dos grandes desafios do Serviço Social na atualidade está na sua aproximação à realidade concreta, ou seja, é necessário “preencher o campo de mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional.” (IAMAMOTO, 2012; p.52). Isso é importante para romper com a recorrente visão dicotomizada entre a teoria e a prática.

Inicialmente foi questionado se os assistentes sociais conheciam o projeto ético-político do Serviço Social. Todos afirmaram que sim e que o conheceram por meio de livros, cursos (incluindo graduação), congressos, palestras e por meio de colegas.

Posteriormente foi solicitado que os profissionais expusessem suas opiniões sobre este projeto. O principal argumento dos profissionais entrevistados foi o fato de que o projeto, em teoria, é muito rico e interessante, mas que nem sempre ele pode ser efetivado, pois alguns de seus princípios se distanciam da realidade prática. Conforme pode ser visto em algumas falas:

*“...eu acho que ele é amplo, mas na sua aplicação ele é restrito...”
(Assistente Social “B”)*

“Eu acho que o projeto é muito interessante, porque ele traz um parâmetro, para a gente, na nossa atuação. Mas assim, na prática a gente tem uma dificuldade bem grande de tentar visualizar esse projeto...” (Assistente Social “C”)

Estas falas se destacaram, pois revelam uma dificuldade relatada por diversos assistentes sociais inseridos nos distintos campos sócio-ocupacionais, e que se refere ao “suposto” distanciamento entre teoria e prática. Essa concepção revela uma visão equivocada de alguns profissionais em relação à teoria, uma vez que esta não se “aplica” ao real, mas fornece parâmetros para uma análise aprofundada da realidade e, destarte, apresenta possibilidades de ação MARCONSIN (2010). Santos (2010), em seu livro “Na Prática a Teoria é Outra?”, também problematiza essa questão da dificuldade que os profissionais possuem de visualizar essa relação, o que, segundo a autora, “advém de uma incorporação equivocada e não satisfatória da relação teoria e prática na concepção do materialismo histórico-dialético” (SANTOS, 2010, p. 4). A autora destaca ainda o fato de que: “[...] teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira o da “possibilidade” e o da segunda o da “efetividade”. (SANTOS, 2010, p. 5).

A assistente social “E” destacou a riqueza deste projeto, tendo em vista o fato de ele ser pautado por princípios como a autonomia e a justiça social, mas relatou que se “angustia” com a palavra projeto, pois, hoje, ele se configura como um direcionamento que deve estar presente na prática profissional.

Apesar de alguns profissionais relatarem dificuldades para transpor os preceitos estabelecidos pelo projeto ético-político para a prática, todos afirmaram que sua atuação profissional é pautada por este.

Diante disso, questionou-se de que forma eles conseguiam visualizar este projeto na sua prática profissional. Os assistentes sociais “B” e “E” destacaram que um dos principais aspectos que conseguiam visualizar estava relacionado ao cuidado com a ética e no trato com os usuários. Esse posicionamento demonstrado pelos entrevistados está em conformidade com as ideias propostas por Fávero (2009), ao analisar o trabalho do assistente social na esfera sócio-jurídica, através de processos, sentenças e decisões. Isso porque a autora destaca a essencialidade da reflexão ética no exercício profissional, uma vez que esta direcionará ações comprometidas com a liberdade, a democracia, a emancipação humana, entre outros aspectos claramente presentes no projeto ético-político do Serviço Social FÁVERO (2009).

A profissional “C” destacou que o projeto ético-político auxilia na visualização das possibilidades de atuação e se reflete em ações do cotidiano, como pode ser observado no seguinte trecho de sua fala:

“Eu acho que de repente, construir uma nova sociedade é uma coisa assim, bem, chega a ser utópica para quem está atuando, mas eu acho que no dia-a-dia agente tem que construir pequenas ações, que aí, uma dia, tragam modificações maiores para a sociedade.” (Assistente Social “C”)

A assistente social “D” destacou o seu modo de enxergar o usuário, como um ser integral, buscando despir-se do preconceito, em um contexto de totalidade e tratando-o em uma perspectiva de humanização do atendimento. No contexto do judiciário, especialmente na área penal, é um desafio para o assistente social despir-se de conceitos pré-estabelecidos em relação ao usuário que atende. Isso porque em nossa sociedade, os sentenciados são estigmatizados e vistos como transgressores que devem ser mantidos à margem da sociedade. Como ressalta Fávero (2009), “o diálogo com o (s) sujeito (s) envolvido (s) na ação judicial, isentos de conceitos estabelecidos *a priori*, é essencial no trabalho do assistente social.” (FÁVERO, 2009, p. 621). Nesse ponto, o exercício ético se faz novamente necessário para que o assistente social não privilegie os seus conhecimentos em detrimento do saber do outro e dos significados que este desenvolve a partir da sua realidade. Portanto, o assistente social, especialmente no contexto sócio-jurídico, deve buscar o isolamento do preconceito; de práticas tecnicistas que não possibilitem um distanciamento para uma reflexão teórica; da banalização da vida humana; entre outras práticas que não possibilitem um diálogo que respeite o outro FÁVERO (2009).

1.3 A prática Profissional dos Assistentes Sociais da SEVEP

Inicialmente, foi questionado se havia um plano de ação do Serviço Social na SEVEP, com o objetivo de identificar as estratégias de ação dos assistentes sociais na Seção. O que pode ser verificado é que quatro profissionais disseram que não conheciam ou que não existia um plano de ação. Apenas a assistente social “E”, que atua há mais tempo na Seção em relação aos demais entrevistados disse que foram construídos planos de ação ao longo dos anos 2000, 2001, 2002, 2004, sendo o de 2005 o mais recente. Essa profissional forneceu a cópia deste plano, que se caracterizava como um relatório de atividades com o detalhamento das ações desenvolvidas ao longo do ano de 2005 relacionadas: as atividades de rotina; participação junto aos conselhos de comunidade; supervisão de estágio; pesquisas; participação em eventos; dentre outras. O relatório também abrangia as principais dificuldades enfrentadas pela equipe e as metas para os próximos anos. Um dos problemas identificados no relatório é que ele era elaborado por

todos os profissionais (assistentes sociais, advogada, pedagoga e psicólogas), o que não contemplava as especificações de cada formação. Na SEVEP, todos os profissionais realizam o mesmo trabalho, não há uma especificação das demandas do Serviço Social, o que faz com que as próprias ações estejam articuladas com as outras profissões. Portanto, não se configura como um plano de ação específico do Serviço Social. Ainda assim, o conteúdo do relatório é muito rico, uma vez que realiza uma sistematização de todas as atividades desenvolvidas pela SEVEP, expondo as dificuldades e perspectivas de ação. Tal sistematização é essencial para que os profissionais tenham um direcionamento de suas ações.

Diante das particularidades dessa Seção, foi questionado aos entrevistados sobre a importância da atuação dos assistentes sociais na concessão dos benefícios de saídas temporárias e trabalho externo. Três entrevistados destacaram que é a visão do assistente social, o grande diferencial desse profissional. Foi destacada a visão de totalidade sobre a realidade do sentenciado, uma vez que o assistente social consegue imprimir um olhar sobre a criminalidade como uma expressão da questão social, resultante das inúmeras desigualdades que perpassam a sociedade.

A entrevistada “C” destacou que o assistente social é um dos profissionais que vai levar para o juiz, os aspectos subjetivos¹⁰ da pena, fornecendo informações sobre questões econômicas e sociais presentes na vida do sentenciado, oferecendo, consequentemente, maiores subsídios para que o juiz decida sobre o caso. Já a assistente social “E” destacou a importância do assistente social como o agente provocador, o que acaba provocando mudanças. A profissional relatou que, geralmente, são os assistentes sociais que estão à frente da busca por transformações na SEVEP, pois estes profissionais, por terem uma visão ampla sobre as questões que perpassam a vida dos usuários, buscam construir novos caminhos para melhorar o atendimento. Essas características apresentadas pela entrevistada são interessantes porque o assistente social deve ser um profissional propositivo e crítico, para que possa auxiliar na garantia de direitos e consequentemente lutar pela defesa dos direitos humanos.

Em relação aos objetivos do trabalho, todos destacaram que o principal é assessorar o juiz na execução da pena. Como explica Fávero (2009), os conhecimentos da área do Serviço Social, registrados em pareceres, relatórios ou laudos, servem oferecer elementos para a decisão judicial. A assistente social “E” destacou que nesse mesmo movimento, o

¹⁰ Este termo é frequentemente utilizado pelos profissionais para designar aspectos relacionados às questões econômicas e sociais que perpassam a vida dos apenados.

assistente social também auxilia na fiscalização da execução da pena. E a assistente social “D” acrescentou como objetivos: garantir os direitos e a cidadania e buscar oferecer recursos para que os sentenciados saiam da prisão com melhores condições, com vistas à ressocialização. No questionamento anterior sobre a importância da atuação dos assistentes sociais e neste que busca os objetivos do trabalho foi possível perceber que os profissionais, apesar de realizarem uma série de ações em seu cotidiano profissional para a viabilização dos direitos dos sentenciados, possuem uma visão reduzida acerca da sua prática profissional, pois se enxergam apenas como assessores do juiz, enquanto na realidade são profissionais dotados de um conhecimento específico e que realizam uma série de ações que vão além de uma mera assessoria.

As principais ações desenvolvidas pelos assistentes sociais entrevistados em seu cotidiano profissional estão relacionadas à elaboração de relatórios, atendimento e acolhimento do preso e familiar, entrevistas, visitas domiciliares, videoconferências, estudo processual, participação em seminários e palestras de capacitação profissional, entre outros. Neste aspecto, é importante destacar a importância do relatório, que na SEVEP se caracteriza como o resultado final de toda a análise desenvolvida pelo assistente social. Sobre isso Fávero (2009), aponta que “o profissional deve valer-se de suas competências teóricas, éticas e técnicas para avaliar os aspectos importantes a serem registrados, considerando aqueles que de fato podem contribuir para o acesso, a garantia e a efetivação de direitos.” (FÁVERO, 2009, p. 631). As visitas domiciliares também se configuram como uma possibilidade de conhecer a realidade sociocultural e familiar dos sujeitos, o que contribui para uma maior compreensão acerca da realidade dos usuários. As videoconferências são realizadas com os presos e evita o deslocamento do assistente social até o presídio para entrevistar os sentenciados. É uma conquista atual da SEVEP e, de acordo com os entrevistados, contribuiu para dar maior agilidade ao trabalho.

Questionou-se, de que forma o trabalho dos assistentes sociais contribui para a viabilização dos direitos. A assistente social “A” destacou que o olhar diferenciado que o Serviço Social imprime sobre esses indivíduos é essencial para a busca da garantia dos direitos sociais. Concretamente, a entrevistada relatou que isso se dá no encaminhamento ou no repasse de informações sobre auxílio reclusão, Benefício de Prestação Continuada-BPC, passe livre, entre outros. A assistente social “C” destacou que o assistente social tem um papel importante na concessão dos benefícios, na medida em que tem a possibilidade de conhecer e relatar a realidade dos sentenciados, mas, este profissional também deve identificar aqueles apenados que necessitam de algum atendimento para retornar ao

convívio social. Além disso, a entrevistada citou a importância dos encaminhamentos na viabilização dos direitos, que, geralmente, ocorrem nas saídas temporárias.

Para a assistente social “D”, a grande contribuição do seu trabalho se dá na orientação às famílias, pois é um espaço em que o assistente social pode informar sobre os direitos e recursos que podem ser acionados. A fala dessa assistente social remonta a uma ação socioeducativa importante que pode auxiliar no processo de garantia de direitos que é a socialização da informação. Esta por sua vez, de acordo com Miotto (2009) “está pautada no compromisso da garantia do direito à informação, como direito fundamental de cidadania.” (MIOTTO, 2009; p. 502). A socialização da informação contribui diretamente para a viabilização de direitos, uma vez que provoca o fortalecimento do usuário, contribuindo, também, para a sua autonomia. Essa é uma prática muito enriquecedora para o assistente social e está diretamente relacionada aos princípios do projeto ético-político do Serviço Social, conforme pode ser verificado no primeiro princípio fundamental do Código de Ética Profissional, de 1993: *1. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.*

A entrevistada “E” disse que contribuição para a viabilização dos direitos se dá pelo fato de que o assistente social é “*o agente de mediação entre o sentenciado e o juiz, por meio do relatório.*”. Sendo o relatório o principal instrumento de garantia desses direitos, na medida em que a realidade e as demandas dos usuários alcançam visibilidade por parte da justiça.

Questionados sobre os principais desafios que se colocam como obstáculos para a viabilização dos direitos, as falas revelaram a existência de diversos entraves. A assistente social “A” apontou as dificuldades de trabalhar com um grupo que sofre muito preconceito por parte da sociedade, porque muitos o veem como pessoas que não deveriam ter direito a nada, o que se resume na visão superficial do senso comum em relação à criminalidade. Outro desafio apontado pela entrevistada está na dificuldade do atendimento em rede, devido aos problemas do Poder Executivo, que não oferece recursos suficientes para um trabalho de mais qualidade, um exemplo mencionado é a dificuldade de encaminhar um usuário de drogas para tratamento. Outro entrave pode ser verificado nesta fala em destaque:

“... a própria visão da justiça com relação ao crime que é muito pautada em número, que é uma coisa que me revolta de uma forma pessoal, porque acaba que entra juiz, sai juiz, muda o Conselho Diretor do CNJ, muda tudo

isso e o que as pessoas querem apresentar para a sociedade em termo de criminalidade são estatísticas.” (Assistente Social “A”)

O assistente social “B” considerou como um dos principais desafios o pequeno espaço de atuação, que esbarra no fato de que o assistente social está na Seção para atender a demanda do juiz, o que, para ele restringe as possibilidades de atuação, que poderiam ser maiores. Retoma-se aqui, a mesma discussão apresentada anteriormente sobre a visão que os profissionais possuem de sua prática profissional que não se reduz apenas a assessorar o juiz, mas envolve também as possibilidades de ação oferecidas pelo saber específico do Serviço Social.

A assistente social “C” relatou como principal desafio a quantidade de processos, que, especialmente, na área de trabalho externo impede os profissionais de realizarem um acompanhamento efetivo dos sentenciados que já estão trabalhando. De acordo com a profissional, existem diversas propostas pensadas pela equipe para melhorar a forma como esses presos são inseridos no mercado, tais como: melhor capacitação do empregador ou parcerias com as universidades para que os estudantes ministrassem palestras para os sentenciados; mas elas esbarram na quantidade de processos de pessoas que estão presas e que esperam uma análise da SEVEP para que possam sair para trabalhar e serem transferidas (no caso dos homens) para o Centro de Progressão Penitenciária (CPP), que é uma penitenciária com uma estrutura diferenciada, pois só abriga presos do regime semi-aberto.

A assistente social “E” apontou como um dos principais desafios, a estrutura do sistema penitenciário, onde há dificuldades para que sejam cumpridos os preceitos estabelecidos pela LEP, pois esta instituição é fortemente dominada pela polícia, com a cultura da punição e do clientelismo. Isso faz com que o acesso à esses presos seja dificultado até para os próprios profissionais que trabalham no interior do presídio, como os assistentes sociais, por exemplo.

Tendo em vista a proposta deste estudo, foi questionado aos profissionais sobre as estratégias formuladas pelo Serviço Social para melhorar o atendimento das demandas dos usuários. Nesse aspecto, é importante ressaltar, novamente, o fato de que os assistentes sociais e os psicólogos exercem as mesmas atividades. O que dificulta apontamentos sobre propostas pensadas exclusivamente por assistentes sociais. Nesse contexto, a principal estratégia apontada pelos profissionais, tendo sido mencionada por três deles, foi a pesquisa sobre trabalho externo, no qual os profissionais formularam um questionário que foi direcionado aos empregadores para obter dados sobre o desempenho, as dificuldades e

resultados do trabalho do preso, bem como sobre as orientações repassadas pelos profissionais da equipe de trabalho externo. De acordo com o profissional “B”, os dados foram tabulados, mas depois disso a grande demanda de trabalho fez com que eles fossem deixados de lado. A assistente social “C” mencionou que eles foram apresentados para o novo juiz da Vara, que se interessou, mas ainda não houve tempo hábil para pensar propostas baseadas nessa pesquisa. Em relação ao desenvolvimento dessa pesquisa citada pelos profissionais que não pôde ser finalizada devido a falta de tempo decorrente do excesso de trabalho, é importante salientar que o Código de Ética Profissional do Serviço Social estabelece em seu artigo 5º que está inserido no capítulo que fala das relações com o usuário, o seguinte dever do assistente social: *“devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.”*. Desta forma, os profissionais podem reivindicar condições para a finalização da pesquisa, com base em seu Código de Ética junto à instituição empregadora, pois este Código respalda e fortalece os profissionais neste aspecto.

A assistente social “D” apontou como outra estratégia a formulação de folders explicativos sobre o trabalho externo e as saídas temporárias, pois eles sistematizaram as principais informações e dúvidas sobre os benefícios. Além disso, a assistente social apontou o atendimento individual como uma possibilidade de orientar os indivíduos sobre direitos e fornecer maiores esclarecimentos para famílias, que nem sempre tem conhecimento sobre informações importantes acerca da execução da pena.

A assistente social “E” apontou como estratégias de melhoria no atendimento, a realização de atendimentos em grupo no caso do benefício de saídas temporárias, no qual os familiares são orientados conjuntamente sobre as regras e os direitos do preso que receberá esse benefício. Relacionado a isso, a entrevistada apontou, também, o redimensionamento no atendimento, no qual houve a reformulação do instrumental que orienta a entrevista com os familiares, abordando questões mais amplas e essenciais para uma análise da totalidade que perpassa a realidade dos sentenciados, como a escolaridade, o histórico de vida, entre outros. A entrevistada ressaltou, também, a videoconferência como uma grande conquista e estratégia de melhoria do atendimento, pois possibilita que o profissional tenha acesso aos sentenciados sem ter que se deslocar para o presídio, o que traz agilidade para o trabalho, uma vez que permite o atendimento de vários sentenciados em um mesmo dia, acelerando o tempo que o processo fica na SEVEP para a análise do benefício.

E finalmente, foi questionado aos assistentes sociais sobre as possibilidades de garantir e ampliar os direitos dos sentenciados atendidos pela SEVEP, para que fossem visualizadas as possíveis estratégias que podem emergir em um cenário futuro.

O assistente social “B” relatou que vê apenas pequenas possibilidades, uma vez que há uma série de impedimentos que se colocam como obstáculos para garantir direitos efetivos. Segue um trecho de sua fala:

“Eu acho que aquela construção, naquela distância, naquela dificuldade toda de acesso, aquele constrangimento significa: eu quero você à margem, eu quero você marginalizado, eu vou fingir que você não existe, eu vou te jogar aqui.” (Assistente Social “B”)

A assistente social “C” apontou a realização de parcerias para ampliar a oferta de emprego para os sentenciados e o acompanhamento minucioso daqueles que já estão trabalhando. A entrevistada criticou o fato de não existir uma Lei de incentivo fiscal para os empregadores, pois o que está sendo usado como incentivo hoje é a retirada dos direitos trabalhistas dos presos, conforme pode ser verificado na fala da profissional:

“A gente fica dependendo muito do legislativo, deveria ter uma lei de incentivo fiscal, que não retirasse o direito dos sentenciados, mas que desse benefício para a empresa. Porque assim, o benefício da empresa é retirar o direito do sentenciado, então é ridículo.” (Assistente Social “C”)

A assistente social “D” apontou como possibilidade a realização de pesquisas que pudessem dar maior visibilidade aos problemas que impedem a ressocialização efetiva dos presos. Além disso, apontou a necessidade de acompanhamento dos presos que já estão trabalhando, para que os profissionais pudessem intervir em questões relacionadas ao trabalho e a realização de parcerias como empresas para aumentar a oferta de vagas, pois muitos presos querem trabalhar, mas não conseguem propostas de emprego ou vaga pela Fundação de Amparo ao Preso- FUNAP.

A assistente social “E” destacou como possibilidade de garantir e ampliar direitos a qualificação das informações que são transmitidas pelo relatório, pois se constitui na materialização das ações desenvolvidas pelo profissional para obter um conhecimento ampliado acerca da realidade dos sentenciados. Além disso, a entrevistada apontou a importância da ativação da sociedade civil como mecanismo para dar maior visibilidade para os dilemas vivenciados pelos sentenciados, na atualidade. A profissional citou como exemplo exitoso, os Conselhos de Comunidade, através dos Patronatos de Execução Penal, como tem sido feito no Paraná. Em relação ao fortalecimento da sociedade civil, Iamamoto (2012) aponta como um dos caminhos para a consolidação do projeto ético-político na

atualidade, no qual a autora destaca a necessidade de que sejam alargados os canais de interferência da população na coisa pública, para que a sociedade tenha mais controle sobre as decisões que lhe dizem respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto ético-político do Serviço Social é um parâmetro de atuação pautado precipuamente pela busca de uma sociedade mais democrática e equânime, através da busca pela efetivação de seus valores basilares: a liberdade e a justiça social. Traduzir esses valores para a prática profissional é um desafio para os assistentes sociais, especialmente diante da atual conjuntura, na qual nota-se claramente, uma crescente retração do Estado para dar efetividade aos direitos sociais. Verifica-se no Brasil, por exemplo, um constante discurso, nos recursos midiáticos, de crescimento e melhoria da economia, convivendo com a saúde- que, em teoria, é um direito de todos- cada vez mais precária e insuficiente para atender qualitativamente a demanda da população ou a educação pública, cujas dificuldades em termos de estrutura e salários dos professores, por exemplo, torna uma utopia o sonho de muitas crianças e jovens pobres.

Como foi mostrado ao longo desse estudo, o Estado, diante desse cenário conflituoso, passou a assumir uma nova postura: criminaliza os pobres pelas condições de vida a qual são submetidos. Isso, somado a dura realidade social a que muitos são entregues, fez crescer exponencialmente, nos últimos anos, o número de sentenciados. Sendo a maioria deles, indivíduos que tiveram seus direitos desconsiderados ao longo de sua trajetória.

É nesse cenário que os assistentes sociais relatados neste estudo atuam. O que revela que a busca pela efetivação do projeto ético-político neste espaço se torna ainda mais desafiador, exigindo características como a criatividade e constante aprimoramento teórico para construir ações que busquem garantir e ampliar o acesso desses usuários aos benefícios e serviços, sem reforçar uma perspectiva criminalizatória, tão presente na vida dessa parcela da população.

Diante disso, verificou-se que o grande diferencial da prática do assistente social é a visão de totalidade que a formação em Serviço Social proporciona. Através das falas dos profissionais foi possível constatar que estes percebem as diversas questões que perpassam a vida dos sentenciados e os enxergam como sujeitos de direitos. Além disso, há uma preocupação destes profissionais com a socialização da informação, pois os familiares nem sempre tem acesso a informações importantes relativas aos direitos dos sentenciados.

Uma das principais percepções que pode ser apreendida na fala dos entrevistados é que a prática profissional é uma re-construção diária que soma a realidade superficial aos

conhecimentos adquiridos, para que essa realidade seja desvelada em suas múltiplas dimensões. A variedade de demandas e de “realidades”, como ocorre na SEVEP, é enriquecedor para o trabalho do assistente social, exigindo ainda mais características como a busca por novos conhecimentos, a criatividade e um olhar crítico sobre sua atuação, o que, ainda que em diferentes tonalidades, pode ser verificado no discurso de todos os profissionais. Apesar das diferenças sociais, culturais e econômicas presentes na vida dos usuários é necessário ter um olhar atento para não se perder de vista a dimensão do sujeito, com suas particularidades e sua própria capacidade de reivindicar direitos.

Em relação à instituição, as principais dificuldades verificadas estão relacionadas ao excesso de trabalho que, muitas vezes, impossibilita a realização de um acompanhamento efetivo e prolongado, que poderia proporcionar benefícios para os sentenciados. Isso, como foi apresentado ao longo da discussão vai de encontro com o Código de Ética do Serviço Social, na medida em que impossibilita a realização de algumas ações importantes, como foi o caso da pesquisa sobre o trabalho externo. Além disso, a própria estrutura oferecida pelo Poder Executivo não garante uma efetividade do trabalho de ressocialização, um exemplo disso é o fato de que nem todos aqueles que querem estudar conseguem, o que traz implicações nas formas de inserção desses sentenciados no mercado de trabalho e está diretamente relacionado com o trabalho dos assistentes sociais da SEVEP.

Outro ponto a ser ressaltado na fala de alguns dos entrevistados foi a dificuldade de visualizar o projeto ético-político como algo passível de ser traduzido para a prática. Isso revela uma apreensão não satisfatória da relação teoria e prática, - e cada vez mais comum entre os assistentes sociais que atuam nos mais variados espaços- pois a teoria apenas fornece parâmetros de análise da realidade que poderão descortinar possibilidades de ação. Mas revela, também, as dificuldades encontradas nos variados campos de trabalho que muitas vezes impõe desafios para a concretização dos princípios do projeto profissional e que não podem ser ignoradas, mas devem ser problematizada nos espaços de discussão.

Diante de tais considerações, verifica-se que os assistentes sociais pesquisados têm buscado imprimir ações em seu cotidiano de trabalho que possam contribuir para que os sentenciados tenham acesso aos benefícios e serviços, o que pode ser observado na pesquisa sobre trabalho externo, na reformulação do instrumental de trabalho utilizado pela equipe de saídas temporárias, na busca por novos conhecimentos por parte dos profissionais, entre outras.

Finalmente, é importante ressaltar que apesar das dificuldades colocadas pelo atual contexto para a efetivação dos valores preconizados pelo projeto ético-político profissional do Serviço Social, é possível imprimi-los nas ações desenvolvidas no cotidiano profissional.

Para isso requisita-se, como aponta Iamamoto (2012), um profissional informado, crítico, propositivo e também conhecedor do instrumental técnico operativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, 2002.

ANTUNES, R. Crise capitalista contemporânea e as transformações do mundo do trabalho. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

BARROCO, Maria L. Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011
_____, Maria L. Silva. Fundamentos Éticos do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Unidade II: O Serviço Social no Contexto das Transformações Societárias. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____. Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993.

_____, Lei nº 11697, de junho de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11697.htm. Acesso em: 09 de setembro de 2012

_____, Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2012

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário. Brasília: Min. Da Saúde, 2004

_____. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Publicado no Diário da Justiça em 15 de setembro de 2009. Acesso em: 20 de novembro de 2012

BRAZ, Marcelo e TEIXEIRA, J. B. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Unidade II: O Serviço Social no Contexto das Transformações Societárias. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009.

BRISOLA, Elisa. Estado Penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. In: *Revista SER Social*. Brasília: Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012.

CARDOSO, Maria C. V. A cidadania no contexto da Lei de Execução Penal: o (des) caminho da inclusão social do apenado no sistema penitenciário do Distrito Federal. Brasília: Programa de Pós Graduação em Política Social/ Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado, 2006

CFESS. *Código de Ética dos Assistentes Sociais*. Resolução nº 273 de 13 de março de 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2006.

FARIA, José Eduardo. O Poder Judiciário nos universos jurídico e social: esboço para uma discussão de política judicial comparada. In: *Serviço Social e Sociedade*. Nº. 67- Ano XXII, Temas Especiais. São Paulo: Cortez, 2001.

FÁVERO, Eunice Terezinha. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Unidade V: Atribuições privativas e competências do assistente social. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009

_____, Eunice Terezinha. Reflexões sobre fundamentos da ação profissional no espaço ocupacional sócio-jurídico, na direção da efetivação de direitos. In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais-textos e artigos. 1 ed. Belo Horizonte- MG: CRESS- MG, 2008, v. I, p. 31-38

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. "Na prática a teoria é outra?" In: *Serviço Social: textos e contextos*. Lumen Juris. 2011

IAMAMOTO & CARVALHO. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. SP, Cortez; CELATS, 14ª Ed, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____, Marilda Vilela. *Questão Social, Família e Juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sóciojurídica*. Mione Apolinário Sales, Mauricio Castro de Matos, Maria Cristina Leal (org.) 1ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, Marilda Vilela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

KONNO, Cristiane Carla. A Formação Profissional na Consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2º, 2005, Cascavel-PR: EDUNIOESTE, 2005.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Fundamentos e práticas de metodologia científica**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

MINAYO, Mª Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002.

MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Unidade V: Atribuições privativas e competências do assistente social. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009

MIRABETE, J.F. Execução Penal. São Paulo: 6 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Na Prática a Teoria é Outra? Rio de Janeiro. *Lumen Juris*, 2010.

SEÇÃO PSICOSSOCIAL DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS, Plano de Ação de 2004/2006: Vara de Execuções Penais. Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, 2001.

YIN, Robert. "Introdução". In: **Estudos de Caso**: planejamento e métodos. 3ª ed. Porto Alegre. Bookman. 2005: 19-38

WACQUANT, Loic. As prisões da miséria. Trad. De André Telles. RJ: Jorge Zahar Ed., 2001.

Sítios Eletrônicos:

<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/execucoes-penais/vep/psicosocial-da-vep>. Acesso em: 10 de setembro de 2012.

<http://www.tjdft.jus.br/institucional/centro-de-memoria-digital/historico/antecedentes>. Acesso em: 19 de setembro de 2012

ANEXO I

Roteiro de Entrevista com assistentes sociais da Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais-SEVEP

- Perfil profissional:

1. Nome: _____
2. Formação profissional : ano de graduação _____
3. () especialização () mestrado () doutorado () pós-doutorado
4. Área de pós-graduação : _____
5. Tempo de atuação na Vara de Execuções Penais:

() menos de 1 ano () De 1 a 3 anos () De 3 a 5 anos () Acima de 5 anos

- Concepção acerca do projeto ético-político do Serviço Social:

6. **Conhece o projeto ético-político profissional do Serviço Social?**

() sim () não

Em caso afirmativo:

7. **Como teve acesso ao Projeto?**

() livro () mídia () curso () congressos ou seminários () através de colegas () outros Quais? _____

8. **Qual a sua opinião sobre o mesmo?**

9. **Sua atuação profissional é pautada por este projeto? () sim () não**
10. **De que forma? _____**

- Prática profissional:

- 11- **Qual é o plano de ação do Serviço Social na SEVEP?**

- 12- Qual a importância da atuação do assistente social na concessão dos benefícios de saídas temporárias/ trabalho externo?**
- 13- Quais são os objetivos deste trabalho?**
- 14- Quais são as ações que você desenvolve em seu cotidiano profissional para o alcance destes objetivos?**
- 15- De que forma o seu trabalho contribui para a viabilização dos direitos dos sentenciados (que cumprem pena comum)?**
- 16- Quais são os principais desafios que se colocam em sua prática profissional para a viabilização destes direitos?**
- 17- Quais são as estratégias que o Serviço Social tem formulado para melhorar o atendimento aos usuários?**
- 18- Quais são as possibilidades de garantir e ampliar os direitos dos sentenciados atendidos pela SEVEP?**

ANEXO II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE

Eu, _____, concordo em participar voluntariamente, da pesquisa “O CAMINHO RUMO A INCLUSÃO DOS EXCLUÍDOS: ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS” desenvolvida pela estudante Lorena Natália dos Santos Mota necessária para o seu trabalho de conclusão de curso de Serviço Social da Universidade de Brasília.

A pesquisadora estará aberta a esclarecer qualquer dúvida durante todo o processo da pesquisa, sendo que esta não oferece riscos ou danos morais e/ou materiais aos participantes. A confidencialidade dos dados dos participantes e dos materiais coletados durante a observação será assegurada e estará sob responsabilidade da pesquisadora. Estou ciente de que será usado pseudônimo quando houver referência a determinada pessoa.

Declaro estar ciente de que terei a liberdade de recusar a participar ou retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Declaro ainda, ter conhecimento que as informações disponibilizadas estarão sob sigilo, assim como as informações obtidas em campo.

Brasília, ____ de _____ de _____.

Entrevistado (a)

Entrevistadora